



# Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kieise - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Iroldi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Eno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pércles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 02ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1996  
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rery Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Irineu Colombo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimento:**

**REQUERIMENTO Nº 645**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Sessão Extraordinária marcada para hoje dia 20 de março de 1996, seja realizada às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 20.03.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a Sessão por dez minutos, para que nosso expositor possa vir a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão reaberta.

As pessoas estranhas ao Plenário queiram aguardar nas galerias.

Para atender convocação desta Sessão Extraordinária, na qual iremos ouvir o Dr. Atilano Oms Sobrinho, Diretor Presidente da INEPAR - Indústria e Construções, esta Presidência irá adotar o que determinam os artigos 98 e 99 do Regimento Interno: a presente Sessão será transformada em Comissão Geral.

Para melhor ordenamento da presente Sessão, esta Presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais: o nosso convidado poderá usar da palavra pelo prazo de trinta minutos. Em errada a exposição do Dr. Atilano, poderão ser formuladas perguntas, interpelações pelos Senhores Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um falar mais do que cinco minutos. Para responder, o Dr. Atilano terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la. Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos improrrogáveis. É lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Convido o Dr. Atilano...

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa, desde a legislatura anterior da qual fazia parte, tem se portado e comportado democraticamente no sentido de vários setores da sociedade civil vir aqui se manifestar ou vir aqui para debates, e isto é positivo e deve permanecer.

Dito isto, pergunto a Vossa Excelência: os artigos que Vossa Excelência recorre são todos baseados na audiência de Secretários de Estado. O Senhor Atilano, com todo o respeito que temos, não é um Secretário de Estado.

Então, como nos demais convidados que fazem uso da tribuna e que permaneceremos, felizmente, espero, com isto, solicitamos de Vossa Excelência que seja dado o mesmo tratamento que os demais convidados tiveram nesta Casa, até porque o Dr. Atilano não é Secretário de Estado, como está colocado nos artigos 97 e 98 do nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cabe à Presidência ordenar os trabalhos e, por analogia, estamos considerando o nosso convidado que vem aqui espontaneamente para expor a posição da INEPAR, estamos dando um atendimento especial porque o seu depoimento se reveste de importância para

o Estado do Paraná.

Segue-se a Sessão, convidando o Dr. Atilano para o seu pronunciamento especial por trinta minutos.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Compreendemos que o Senhor Atilano não é Secretário de Estado e como tal não podemos fazer uso do Regimento Interno como se assim o fosse. Ele é um convidado muito bem-vindo, como dissemos, como o caráter democrático deste Parlamento, mas o que questionamos é que o Senhor Atilano faça uso da palavra, da tribuna, como todos os nossos convidados sempre têm feito e que nos comede a parte conforme sua exposição, como sempre foi feito com os convidados, a menos que o Doutor Atilano esteja já gozando dos poderes de Secretário de Estado e até representando a SANEPAR, no ato falho de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, não quero aqui questionar a ritualística que Vossa Excelência, que tão bem preside esta Casa, estabelece, mas sinceramente, até pela presença do Dr. Atilano aqui nesta tarde, poderemos ver esclarecidas algumas das questões que ficam pairando no ar e que muitas vezes não são esclarecidas.

Então pergunto ao Senhor, se no tempo da pergunta do Parlamentar não é possível que possamos, pelo menos, ter tolerância para que as questões possam ser explicitadas de forma correta e que possamos na verdade, depois desta Sessão, não pairar nenhuma dúvida sobre a postura e o papel que a INEPAR tem como uma empresa paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A presença do Dr. Atilano nesta Casa espontaneamente é justamente para dirimir qualquer dúvida. O Senhor Atilano está disposto a responder qualquer pergunta que lhe for formulada.

Com a palavra o Dr. Atilano.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis, Deputado Anibal Khury, mais nominados já Diretores da Mesa, Excelentíssimos Senhores Deputados, prezados amigos, senhores e senhoras aqui presentes.

Primeiramente gostaria de expressar o meu profundo agradecimento, não só ao Presidente Anibal Khury, como aqueles que fazem parte integrante dessa Assembleia, pela gentileza da aquiescência de que viéssemos aqui por solicitação minha, fazer uma explanação sobre a participação da INEPAR no desenvolvimento das telecomunicações e da área energética no Brasil e com ênfase especial no Paraná. Da mesma

forma quero expressar também a minha satisfação por mais uma vez estar aqui presente na Assembleia, por diversas vezes aqui estive, quase que todas elas espontaneamente, algumas vezes representando entidades de classe e sempre fui muito acolhido aqui, de modo que também aproveito a oportunidade, de público, para agradecer este tipo de acolhimento.

Ao tomar conhecimento de algumas declarações feitas aqui nesta Casa de Leis, com relação aos planos de desenvolvimento energético no Estado do Paraná e ao eventual envolvimento ou participação da INEPAR nestes planos, apresse-me em solicitar ao Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, uma possibilidade de que viéssemos aqui, exatamente dentro do que foi solicitado pelo Deputado Rosinha e Deputado Romanelli; de tentar esclarecer todas as dúvidas que eventualmente pairassem sobre essa participação do nosso grupo no processo de desenvolvimento dessas duas áreas tão importantes para a economia brasileira. Eu, talvez por excesso de preocupação com relação à objetividade da reunião, tentei pela complexidade do tema, elencar e listar quais seriam os pontos principais que deveria me ater desta exposição nossa, e solicitaria a compreensão dos Deputados com relação a, eventualmente, passar um pouco do tempo, também como permitirei, sem dúvida alguma, de que em alguma pergunta dos Senhores também se ultrapasse, como o Deputado Romanelli pediu. Nós não temos nenhum comprometimento de tempo, só queremos obedecer o regulamento da Casa e aqui estaremos à disposição o tempo que houver de necessidade, que se julgar necessário.

Como alguns dos Senhores - tenho certeza, que grande parte dos Senhores - já conhecem a INEPAR, já visitaram a empresa e talvez seja repetitivo alguma coisa que venhamos a declarar aqui. Mas em todo o caso, para que todos tenham uma equalização de conhecimento do que seja o Grupo INEPAR, vou me permitir - se o Presidente Anibal assim o conceder - a fazer uma breve exposição de um vídeo institucional da empresa.

Temos aqui a aparelhagem, acredito que estaria pronta para se fazer isso, vai tardar talvez uns 15 a 18 minutos, mas isso daí vai fazer com que eu possa reduzir um pouco a parte de explanação oral, se o Senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Permissão concedida.

O SR. ATILANO DE OMS SOBRINHO - Então, por favor.

Início da projeção do filme.

Término da projeção do filme.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Antes de começar com os tópicos que nos trazem até aqui, quero frisar que não há da parte da direção da INEPAR, qualquer mágoa ou ressentimento, com relação ao posicionamento de alguns membros desta Casa, arguindo com relação a nossa participação no desenvolvimento dessas duas áreas importantes no plano de Governo do Estado do Paraná atual.

Tenho - para comigo e todos os dirigentes da INEPAR que nos acompanham nessa missão - entendido que é um dever, uma obrigação mesmo e um direito desta Casa de Leis em, através de suas sessões normais, fazer quesitos a qualquer membro, célula da sociedade econômica ou social desse Estado. E entendemos essas colocações, como quesitos que têm que ser respondidos.

Temos para conosco o entendimento perfeito de que é puro e legítimo o direito desta Casa, em fazer questionamentos a qualquer empresa privada, estabelecida aqui no Estado do Paraná.

E se aqui viemos, não é com sentimento nenhum de represália é exclusivamente de colocar aos senhores o nosso posicionamento com relação a essas duas áreas e os esclarecimentos que acreditamos serem necessários.

Tenho certeza, - lendo as mensagens e os depoimentos que se fizeram acontecer, aqui nesta Casa - que grande parte deles se deve única e exclusivamente, às vezes, a falta de informação.

Lamentavelmente, a sociedade brasileira, durante muitos anos, conviveu com processos de restrição muito grande, que fez com que todos nós, todos os membros da sociedade e, principalmente, aqueles mais organizadamente constituídos, como o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e Executivo e as entidades de classe, perderam a prática do exercício da democracia. E a democracia pressupõe como base uma habilidade de comunicação. E, sem dúvida nenhuma, todas as instituições brasileiras, quer públicas ou privadas, pecam nesse sentido.

Muitas vezes, estamos num setor privado e tomamos a liberdade de criticar a falta de iniciativa do governo e a falta de habilidade de promover um processo inteligente de comunicação. A mesma coisa, às vezes, criticamos o próprio Poder Legislativo da ausência dessa habilidade. Por sua vez os outros Poderes também criticam com legitimidade e com razão, a ausência de habilidade do setor privado em efetivar essa comunicação.

Nós, por exemplo, na INEPAR, há questão de alguns meses atrás, numa reunião de diretoria, decidimos aprovar um programa, que será iniciado nos próximos meses, de comunicação à sociedade do que é que rea-

lizamos.

Essa oportunidade aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nada mais é do que uma antecipação de alguns instrumentos, que estaremos lançando na sociedade paranaense e brasileira, no sentido de melhor comunicar as nossas ações.

Como disse, na tentativa de ser mais objetivo possível, tentamos, como base no conhecimento que não é completo da nossa parte, mas pelo menos, pelo que tivemos oportunidade de conhecer dos depoimentos aqui nesta Casa, tentamos elencar os seis pontos principais que deveriam compor a nossa fala aqui na Assembleia.

#### APRESENTAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA

Primeiro, diz respeito a amizade com o Governador Jaime Lerner.

Segundo, estrutura de capital da INEPAR, e como disse, talvez por falta de um conhecimento mais profundo, às vezes me chamam, eu ou o Mário Celso ou o Peteco de donos da INEPAR. Vou provar textualmente aqui, que não somos donos sozinhos, é uma empresa completamente de capital aberto, que prega a democracia e o liberalismo de capital.

Terceiro, seria a Usina de Caxias e as parcerias com o setor privado. Isso a nível de Paraná, de Caxias, e as parcerias com o setor privado a nível de Brasil.

Quarto, seria o consórcio IMPORTGÁS, que diz respeito a uma cópia de carta que foi apresentada aqui, em que esse consórcio IMPORTGÁS faz uma oferta ao Governo do Estado do Paraná de alternativa de abastecimento de gás ao Estado.

Quinto, seria a Usina Térmica com queima de resíduos e energia secundária aqui no Estado do Paraná, aproveitando o processamento da REPAR.

Sexto, seria a estrutura de capital da COPEL, porque segundo nos foi apresentado, houve algumas dúvidas com relação ao processo que a COPEL estaria encaminhando de abertura de capital, de privatização e a participação da INEPAR nesse contexto.

Bom, então começando com a amizade com o Governador Jaime Lerner.

Essa empresa, a INEPAR, que alguns dos dirigentes comigo fundaram em 1968, na verdade tem origem em uma empresa de engenharia elétrica, a primeira empresa estabelecida no Estado do Paraná em 1953, que se chamava ENCO. E o fundador dessa empresa, um paranaense nascido em Ponta Grossa, Ophir W. (?), formado em Itajubá. Esse eminente paranaense fundou a ENCO em 1953, e em 1968, dentro de uma filosofia de princípios completamente não normais para aquela época, convidou os seus funcionários, os que ele tinha confiança, para um processo de terceirização da ENCO, e aí é que houve a origem da INEPAR, quer dizer,

na verdade a INEPAR é um processo de terceirização da ENCO - e ele nos convidou, eu e mais três companheiros para fundar a INEPAR como sócios em igualdade e condições com ele.

E desde aí, ou seja, não é um postulando, um princípio filosófico da INEPAR - por isso que citei a origem da INEPAR na ENCO - quem montou essa filosofia de trabalho foi o Ophir e não eu. Então, posso aqui, com bastante clareza, as vezes até com um pouquinho de - seria presunção da minha parte, mas como nós temos um orgulho muito forte da empresa que participamos, pode parecer aos Senhores presunção, mas não é, também não é falsa modéstia, mas efetivamente algumas vezes pode-se enfiar como sendo uma declaração presunçosa, mas podem ter certeza que a nossa origem de humildade não permite ser presunçoso a esse nível.

Mas então, como dizia, quando o Ophir fundou isso daí, com base em alguns pressupostos que não eram muito comuns, como disse, na época. Era à base da amizade, da fraternidade, quer dizer, essas oportunidades que ele nos deu, deu a mim próprio também, porque comecei na ENCO como um estagiário, tinha 16 anos e a empresa custeou todos os meus estudos e fiquei sócio da empresa por gratificação. Quer dizer, ao invés de receber em dinheiro, recebi em ações. Não fui o sócio capitalista e nem sou, e nem um dos sócios comandadores da INEPAR entrou com dinheiro, entraram com trabalho, inclusive a nível empresarial e alguns dirigentes e entidades de classe aqui que nos conhece. Às vezes no meio empresarial nos chamam de empresa PT, porque praticamos a filosofia de comunismo. E gostaria que um dia os membros aqui do Legislativo tivessem a oportunidade de visitar a nossa empresa e ver se não tem uma coimidência muito grande com o ideário, vamos dizer.

Então, a base foi esse processo de amizade e vim aqui com o objetivo de não negar de forma nenhuma a nossa amizade com o Jaime Lerner. Conhecemos o Jaime Lerner de trinta anos, acompanhamos a sua vida, como profissional, como homem, como pai de família, a família dele é amiga da nossa família, temos um respeito profundo pela figura humana do Jaime, temos uma admiração talvez até excessiva pela sua habilidade, pela sua capacidade criativa, somos agradecidos a ele como curitibano nascido aqui, pelo que ele nos deu e à sua equipe, nas administrações que ele teve oportunidade de conduzir na Prefeitura Municipal de Curitiba, pela qualidade de vida que temos. Então, temos uma admiração profunda por esse homem.

Então, vim aqui professor de público, que essa amizade de forma nenhuma será ne-

gada e cada vez mais, esses laços de amizade, gradualmente vem aumentando, ele praticamente é um membro da nossa família. Se isso é pecado, reconheço efetivamente esse pecado. Agora, seria injusto de nossa parte, fazer essa profissão simplesmente ao Governador Jaime Lerner, que como eu disse, a nossa empresa foi fundada na base da amizade, fraternidade, e não foi só ele que emprestou essa amizade e essa solidariedade com o nosso empreendimento aqui no Paraná.

Fiz questão de listar, sei que vou pecar nesta listagem porque é uma listagem muito pequena, e vários outros políticos, membros do Executivo, do Legislativo paranaense, nos ajudaram tanto quanto esses que estamos citando, mas esses são alguns a simples título de exemplo.

Para lhes dizer por exemplo, a dívida que temos com essas pessoas é que começamos em 1968 numa empresa advinda da ENCO, uma empresa de tecnologia de ponta, num Estado tipicamente caracterizado por exploração primária dos bens da natureza. E com uma tecnologia de ponta, o nível de risco desse empreendimento em 68, a bem da verdade meia dúzia de gatos pingados paranaenses, se meteram a besta a competir com empresas multinacionais que verdadeiramente, analisando tecnicamente, dificilmente o nosso empreendimento teria condições de subsistência.

Em todo o caso, tivemos no Governo Paulo Pimentel um apoio excepcional. Pelo fato de sermos uma empresa dessas características e também participando da Federação das Indústrias e representando às vezes a Federação das Indústrias, levamos ao Governador Paulo Pimentel vários pleitos para que se desse algum estímulo, que as empresas localizadas no Paraná tivessem condição de desenvolvimento, e efetivamente alguns Decretos saíram, vocês conhecem alguns deles - que davam uma diferença de ICMS para produtos comprados no Paraná e que datam da época do Governador Paulo Pimentel, quando da nossa fundação.

Depois, durante o Governo do Jayme Canet, em 1977, através de um projeto da Cidade Industrial de Curitiba, nós implantamos a nossa unidade industrial aqui e uma outra em Santa Catarina, que se chamava INEBRASA, as duas ao mesmo tempo, com um forte estímulo e apoio do Governo do Estado, principalmente através do BADEF, BRDE e outras instituições governamentais. Tivemos inclusive a participação do BADEF como sócio da INEPAR, também no Governo Jaime Canet, a exemplo do que houve com a Volvo, Placas Paraná e outras empresas aqui. O Governo do Paraná tinha o objetivo de fortalecer as empresas que aqui se sediavam e, inclusive aportando capital; depois de um certo tempo este capital seria

vendido. Graças a Deus e para a honra nossa, o BADEP vendeu a nossa participação, que tínhamos lá, com bastante resultado.

Transferência da Fábrica Westinghouse no Governo José Richa - 1986.

Com relação a este Governo, gostaria de tecer um simples comentário. Nós, por amizade ao Governador Ney Braga, ao Saul Raiz, participamos ativamente da campanha do Saul Raiz naquela ocasião. Perdemos as eleições para o então eleito Governador José Richa. Não conhecíamos o Richa, assim na sua intimidade. Fora, admirávamos como político mas, não conhecíamos na sua intimidade. Pois bem, fiz uma carta ao Governador eleito, nos colocando a disposição, dizendo do apoio que tínhamos dado, e, não precisava nem dizer, pois ele tinha presenciado - oferecendo a INEPAR e abrindo as portas ao novo Governador José Richa. Esse homem nos convidou para participar praticamente de todos os conselhos consultativos da área empresarial paranaense. De todos, na ocasião. Posso lembrar alguns até, a FERROESTE, tinha um tal de conselho de alto nível, do COINDE, das Universidades, e sempre em nenhum momento deixamos de atender esse apelo do Governador Richa. Foi um dos Governadores que mais nos incentivou, apesar de termos trabalhado para o outro lado que foi o perdedor. Aí, transferimos uma fábrica que compramos da Westinghouse, de Campinas para o Paraná, em 1986, com os estímulos fiscais, inclusive do Governo Richa.

Em 1987, já com o Governador João Elísio de posse do mandato, transferimos uma fábrica multinacional que estava em São Paulo, aqui para o Estado do Paraná, também com estímulos. Em 1990, com o Governo Álvaro Dias, transferimos uma fábrica de semicondutores, que compramos da Westinghouse que estava no Estado de São Paulo, em Campinas, com convênio com a UNICAMP. Continuamos com o convênio com a UNICAMP e transferimos a unidade fabril para Curitiba, com incentivos e estímulos governamentais, com apoio do BADEP, do BRDE, das instituições que compunham a máquina governamental. Em 1993, transferimos para o Paraná o maior investimento que a INEPAR tinha feito: a compra de uma unidade industrial que a GE tinha em São Paulo, de medidores, que dominam o mercado na América Latina e, que tinha praticamente 50%, talvez, dos medidores instalados no País, que era fabricação da GE. Compramos aquela unidade no Rio de Janeiro e trouxemos para o Paraná com um auxílio muito importante do Programa "Bom Emprego", diga-se de passagem no Governo Requião, que foi um Governo que, primeiro nós não trabalhamos como correligionários do Requião, aliás, éramos frontalmente opositores, tenho certeza que nós da nossa parte não nutrimos

nenhuma inimizade, talvez, o Governador Requião possa ter alguns reparos, vamos dizer, a nossa pessoa, mas nós não o temos. Aliás, devo reconhecer que foi o maior estímulo fiscal até hoje que recebemos aqui no Paraná, do Governo Requião, que foi o primeiro projeto industrial que recebeu o apoio do "Bom Emprego", que foi uma lei inclusive aprovada aqui na Assembleia.

Agora recentemente aquela lei teve uma certa adaptação à realidade nacional e eu soube que a Assembleia também a retificou para o atual Governo. Depois em 1994, no Governo de Mário Pereira, inauguramos a nova fábrica da IEE, transferimos esta unidade do Rio de Janeiro para cá e fizemos uma nova estrutura, que é uma fábrica modelo para nós, e esta fábrica foi inaugurada pelo Governador Mário Pereira - acho que em outubro de 1994, se não me falha a memória.

Nesse momento então, cabe a mim, em meu nome pessoal, em nome de todos os dirigentes da INEPAR, atestar que somos produtos, sim, de apoio Governamental. Não vou negar isso aqui. Se não tivesse programas de estímulos fiscais, se não tivesse o BADEP como uma instituição excepcional de fomento empresarial, se não tivesse BRDE, se não tivéssemos a confiança de nossos Governadores, e se não tivéssemos, principalmente, o apoio institucional brutal da COPEL, SANEPAR e da então TELEPAR, talvez não existíssemos. Quer dizer: esta empresa, se temos algum mérito, foi o mérito de administrá-la. Mas devemos e reconhecemos e sempre falamos em nossas apresentações, do reconhecimento que temos pelo apoio que sempre recebemos. Apoio legal, institucional, sem nunca havermos avançado o sinal de qualquer coisa.

Neste momento então, cabe aqui o nosso agradecimento, inclusive, a esta Casa. Por diversas vezes tivemos a satisfação de receber, oficialmente, elogios. Alguns até, talvez, não merecêssemos tanto, desta Casa. Tivemos a oportunidade de aqui vir para receber estes reconhecimentos. Inclusive, esta Casa nos é de tamanho amor, que o nosso Fundador e Presidente foi velado nesta Casa. É outra gratidão que temos, quando ele faleceu em 1982, o Ophir, por reconhecimento do Governo e da Assembleia, este homem foi velado aqui.

O Dr. Rosinha - Um aparte, Dr. Atilano. O senhor disse que deve a grande parte a subsídios, a ajudas governamentais no montante do Capital da empresa. Se conseguisse medir, qual seria o percentual desse tipo de auxílio?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A pergunta não pode ser considerada neste



instante. O Deputado fará após a sua exposição.

O Dr. Rosinha - Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mencione o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Quero atender ao Regimento Interno, mas estou anotando a sua pergunta. Terei o prazer de respondê-la depois da apresentação.

O Dr. Rosinha - Designarei o artigo, Sr. Presidente: artigo 99 e seus parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Indeferido. Prossegue a exposição de Vossa Excelência.

O Dr. Rosinha - Senhor Presidente, quero justificar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência vai ter a oportunidade de falar.

O Dr. Rosinha - Quero justificar a razão. O art. 99 e seus §§, coloca que o Secretário do Estado terá 30 minutos, prorrogado por mais 15 minutos, só podendo ser aparteado durante a prorrogação. O Sr. Atilano já fez uso, entre exposição do vídeo e exposição verbal, de 30 minutos. Já estamos nos 15 minutos, nos quais pode ser concedido o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cabe a Presidência dirigir os trabalhos. Vossa Excelência terá sua pergunta respondida após a exposição do nosso convidado. Vossa Excelência não perde por esperar.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Deputado Rosinha, eu, sem querer desobedecer o Regimento, em absoluto. Mas como casualmente a segunda transparência diz respeito em parte a esta sua pergunta. Talvez esclareça.

Queria esclarecer, então, o que é estrutura de capital da INEPAR, para que os senhores tomem conhecimento do que que ela é.

Primeiro: temos um patrimônio líquido de 129 milhões de dólares, o equivalente a 129 milhões de reais, com 34% das ações ordinárias, 66% das ações preferenciais.

A INEPAR - Administração e Participações detém 90% do capital. Que seria correspondente a valor patrimonial de 39 milhões. O principal sócio - que algumas vezes fui referido aqui como dono, e por is-

so estou trazendo essa referência - sou eu, que tenho 8 milhões e 428 mil, ou seja, seis e meio por cento do capital. Se sou dono de uma empresa com seis e meio por cento e não sou brilhante nem genial, realmente é uma façanha um pouco diferente, vamos dizer, da tradicional.

Faturamento anual este ano de 400 milhões de dólares e patrimônio líquido de 129 milhões. Emprego direto: 2.100. Emprego indireto: 2.000. Salário médio mensal: 1.460 por funcionário. Recursos gerais gerados: 53 milhões. Exportações: 27 bilhões. Crescimento médio anual de patrimônio líquido: 34,66%/ano. Multiplicamos o patrimônio líquido em 9 anos.

A posição do grupo no mercado basicamente de telecomunicações e energia, se caracteriza por uma liderança no mercado, principalmente da energia nas seguintes áreas: compensação reativa, capacitores. Temos, aproximadamente, 60% do mercado em alta tensão e aproximadamente uns 25% do mercado de baixa tensão. Soluções integradas para transformação: transporte e geração de energia. Temos a liderança também do mercado no Brasil. Automação, posição de co-liderança em algumas áreas. Proteção e controle de fluxo elétrico, liderança nas áreas de transformação e transformação industrial. No mercado de telecomunicações - nas plantas comunitárias e telefonia urbana, temos uma co-liderança com outros grupo internacionais, tevê a cabo. Tivemos a primeira rede de tevê a cabo no país codificada.

Agora estamos com um projeto novo de telefonia via satélite, que se chama Iridium, que recentemente foi assinada a base e a instalação desse projeto no Rio de Janeiro e também estamos conduzindo um projeto que não aparece aqui, de tecnologia também de ponta, na área de telefonia celular. Esse Projeto Iridium, estamos associados com a Motorola, com uma firma italiana, com a participação de parceria com a EMBRATEL e com outros grupos latino-americanos, que fazem parte integrante do capital da Iridium Sul America.

No Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para que os trabalhos decorram com mais eficácia, a partir de agora os Deputados podem fazer perguntas.

Começa pelo Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Já fiz a pergunta e levantei as Questões de Ordem pedidas aqui.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Com relação a estímulo fiscal que o Deputado havia perguntado, na época tivemos uma participação da Deca, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico, em torno de 20% do

capital total da INEPAR. Posteriormente essas ações foram colocadas aos controladores que recompraram essas ações, com lucro, vamos dizer para a instituição BADEP. E em outros estímulos, tivemos os estímulos legais de ICMS, financiamento da parte de 75% do recolhimento do ICMS gerado no mês por um período gradual, alguns projetos por três anos, outros por cinco, dentro da legislação de estímulo fiscal aprovado por esta Assembléia.

O SR. ANTONIO BELINATI - Aproveitando ainda sobre a telefonia, tomaria a liberdade de dizer que o assunto interessa bastante para nós, porque hoje temos telefone celular que funciona quase por milagre. E quase sempre tentamos a ligação e não está em área coberta ou há pouca torre, e em Curitiba é um verdadeiro desastre a telefonia celular. Têm pessoas que as vezes estão se locomovendo do aeroporto para o centro e não conseguem um contato telefônico por falta de mais torres, e a grande expectativa realmente é este celular ligado no satélite. A curiosidade nossa: para quando vamos ter no Brasil este novo sistema? Para quem não sabe com este telefone ligado no satélite, o cidadão vai poder estar lá no Pantanal e de lá para qualquer ponto do País ele vai poder telefonar com perfeição.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Exatamente. Este é o ponto levantado pelo Deputado e foi um projeto concebido pela Motorola, nos Estados Unidos, irradiado no mundo inteiro e nós teremos em 1998, comercialmente operando em todo o mundo ao mesmo tempo, no mesmo dia, a exemplo do lançamento do Windows 95, dessa telefonia. É global satelital. Quer dizer, em qualquer lugar do mundo sem ou com infraestrutura terrestre de luz ou telefonia, você pode falar com qualquer elemento do próprio Iridium ou de qualquer rede pública satelital ou tradicional, e a partir de 98 estará à disposição comercialmente este processo. Estaremos lançando os primeiros cinco satélites neste ano ainda, no último semestre deste ano, antecipando o programa aproximadamente seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Tenho três rápidas perguntas a fazer.

A primeira delas, aproveitando a pergunta do Deputado Belinati, do Projeto Iridium: a colocação de satélites para exploração de telefonia celular, vai beneficiar todo o País?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Todo o mundo.

Através da empresa Iridium Brasil, que é a que vai responder pelo território brasileiro. Paralelamente a isto a INEPAR é sócia do Projeto Iridium que cobre a toda a América do Sul e a Iridium Incorporation é a empresa que participamos, também, com sede nos Estados Unidos, que cobre o mundo inteiro.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Dr. Atilano, a vinda do senhor aqui na Assembléia foi motivada por comentários na imprensa da sua participação ou interesse nessa venda de ações da COPEL. Queria perguntar ao senhor qual é a participação que a INEPAR teve, está tendo ou vai ter num processo semelhante que vem passando a companhia energética do Estado de Santa Catarina, perguntar se a INEPAR vai participar, já participou ou pretende participar e perguntar também maiores detalhes sobre tratativas que ocorreram não sei se neste ou em governos anteriores, a respeito da construção da Usina de Caxias, se a INEPAR vai participar da construção dessa Usina, se ela participa do consórcio, lidera, enfim, queria que me explicasse estas duas questões.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiramente com relação a Santa Catarina. Alguns Estados da federação, a exemplo de Santa Catarina, inseriram no seu planejamento estratégico, uma flexibilização da sua participação nas empresas estatais, tanto em telecomunicação como energia, algumas ainda tem telecomunicação, como é o caso da CRT no Rio Grande do Sul. E a CELESC, ao fazer parte desse plano de Governo, tem no seu escopo o objetivo de futuramente privatizar ou pelo menos ter a participação de capital privado no seu capital. E eles fizeram um lançamento que corresponde, em números absolutos, lançamento de debêntures através de uma empresa que se chama INVESC, e garantiram essas ações, esse lançamento de debêntures, com ações da CELESC estabelecendo patamares de conversão daquelas debêntures em ações da CELESC, caso o financiamento ou o resgate das debêntures não fosse efetivado. Isso corresponderia, se não me engano, a 28% do capital votante da CELESC e aproximadamente 15% ou 16%, tenho um documento deles aqui que nos dá ciência de que nos dá mais ou menos 15% ou 16% do capital total e 28,6%, se não me falha a memória, do capital votante. Essa operação foi concluída mais ou menos em 4 dias.

A INEPAR não participa dessa colocação de ações, estabelecemos no nosso plano estratégico, que é mais negócio para a INEPAR - depois vocês vão ver por algumas colocações de transparências - participar na expansão do sistema e não na privatiza-



ção, ou seja, somos candidatos a parceria, por exemplo, como Caxias, como Cubatão, como Campos Novos, mas não parceiros na privatização destas empresas estaduais.

A segunda pergunta diz respeito a Caxias especificamente. Você me dá ensejo de um aspecto extremamente interessante, que começamos a trabalhar com Caxias em 1989. Lançamos a ideia a plano federal, do Governo Federal, convencemos o Ministério de Minas e Energia até então, que seria conveniente estabelecer parcerias para usinas de grande porte de forma compartilhada e fizemos uma consulta ao DNAE, uma consulta ao BID, uma consulta ao Governador Álvaro Dias - na ocasião, Governador do Estado do Paraná em 1990 - e uma consulta também a alguns órgãos financiadores e ao sistema ELETROBRÁS. Nessa época o Governo usava impressora de agulha e não é muito claro o texto, mas o Governador Álvaro Dias em resposta à nossa consulta 10007/90, aprova e elogia a iniciativa de parceria e exploração de usinas hidrelétricas associadas com auto-produtores ou consumidores eletrointensivos de energia. Agrupamos uma série de empresas que já vou listar, capitaneadas pela INEPAR, BAMERINDUS, Trombini, Nutrimental, e por casualidade esta Casa, através de uma carta do Deputado Lauro Alcântara, em janeiro de 1990, elogia a iniciativa e se congratula junto com o Governo, como com aquelas empresas ali: "INEPAR, Grupo BAMERINDUS, IMPACEL, Asia Brown Boveri Ltda, Grupo Industrial Trombini, uma empresa italiana, COENSA, IMARIBO, Nutrimental, Carbonafrá, Grupo Battistella, I.M.C., Grupo Placas do Paraná e Grupo Corujão".

Ou seja, há uma predominância de empresas paranaenses na consulta e no pacote.

Também com relação a este tema, tivemos uma carta por demais extensa da própria COPEL, fazendo resposta a isso dizendo que por determinação do Governador, eles estariam conduzindo um processo para fazer a Usina de Salto Caxias, ou do Tibagi, com capitais privados também. Isso em 14 de maio de 1990. Também sobre o mesmo tema se pronunciou o Ministério de Minas e Energia, concordando com o processo, fazendo uma longa carta de recomendações, para exploração de usinas de grande porte na forma compartilhada.

Portanto, essa proposta da INEPAR e outros grupos, com relação a exploração de usinas hidrelétricas no Estado do Paraná, e em outros Estados da Federação, data de 1990 e não de 1995. Em 1995 ao ser empossado o Governador Jaime Lerner, ele verificou junto ao Ministério de Minas e Energia, a tendência de orientação daquele Ministério. Porque foram cortados todos os créditos das empresas estatais, foram cer-

ceados os caminhos de financiamento para exploração pelo Estado - qualquer Estado da Federação, inclusive o Estado do Paraná - sozinho de uma usina hidrelétrica de grande porte, é uma determinação de Governo Federal.

Portanto, BNDF, instituições multilaterais de crédito, etc, são impedidas de financiar as estatais. Em vista disso, e como tinha em seu plano de Governo uma intenção de fazer o máximo possível das coisas no Paraná na área de infra-estrutura, em parceria com o setor privado, a COPEL passou a coordenar um programa para um lançamento de uma ideia nova para Caxias. Essa ideia foi debatida aos níveis de Governo, aos níveis de instituições federais, com o DENAI, etc., que aprovou a ideia e recentemente a COPEL fez uma demonstração pública do processo. A COPEL e o Governador estiveram na Federação das Industriais e lançaram um desafio no sentido de que se formasse um consórcio para competir com os demais consórcios que certamente iriam competir nesse projeto, com predominância de empresas paranaenses e com a filosofia de gastar o máximo da energia aqui no Estado do Paraná.

A Federação aceitou o desafio e está formando um consórcio de empresas que tem - vamos dizer - uma predominância de empresas do Paraná, mas não só de empresas do Paraná, porque é um conjunto muito grande de investimento, então precisa de capitais externos também. Então, está sendo formado um consórcio. Agora só para os Senhores terem uma noção, normalmente retira um edital dessas licitações vinte, trinta empresas. Isto está sendo feito em todos os Estados da Nação. Cubatão, CELESP por exemplo, está licitando uma concessão que a CELESP já tem, que é Cubatão. Trinta e poucas empresas retiraram o edital, uma delas a própria INEPAR, que consorciada lá em Santa Catarina com a CELESP e com a EDF - vamos dizer, que seria a ELETROBRÁS da França - e mais outros construtores, vão também competir. Quer dizer, nós vamos competir junto com a CELESP, numa concessão que já é dela, para explorar esta energia.

Entre os vários que retiraram esse edital, retirou também a própria COPEL. Ou seja, a COPEL, associada se não me ergam com a Ivaí, que é uma empresa paranaense de muito boa tradição aqui no Estado do Paraná, associada com a COPEL, e eventualmente outros interessados estariam também competindo contra a INEPAR. Se Deus quiser, uma das duas venha a ganhar, e o Paraná terá uma condição de competitividade.

O nosso envolvimento nesse processo, é simplesmente participar desse consórcio, como poderíamos participar de qualquer um dos outros consórcios que vai tirar o edi-

tal. É um edital de licitação pública vai ganhar o consórcio que tiver melhores condições.

E a INEPAR participará, eventualmente, de um desses consórcios.

Está respondida a sua pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Deputados que perguntem e o nosso convidado responde com exatidão no tempo, dentro do Regimento Interno.

Segundo orador inscrito, o Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral - Senhor Presidente, inicialmente, queria cumprimentá-lo pela iniciativa de convidar o Dr. Atilano, em nome desta Casa, atendendo um anseio de todos os Deputados. E cumprimentar também o alto espírito público do Dr. Atilano, de comparecer espontaneamente para saciar as dúvidas que os Deputados desta Casa têm com relação a INEPAR, com relação ao Governo do Estado, principalmente com relação a COPEL.

A pergunta, objetivamente: Na sua opinião, qual deveria ser a estrutura de capital ideal para a COPEL? É esta a pergunta.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Um minuto só que tenho uma transparência, que talvez fará a explicação.

Olha, o companheiro Deputado que fez a pergunta e os demais membros da Casa.

Esta é a estrutura de capital que a COPEL tem hoje. Acho que os Senhores já têm conhecimento disso, mas de qualquer maneira, tem: 60% das ações ordinárias, 40% de ações preferenciais, para um patrimônio líquido de 4,2 bilhões de dólares.

O Estado, portanto, tem 90,53% das ações ordinárias votantes e 82,70% das ações preferenciais. Se somar FDE, o Estado teria um pouco mais. Desse total que o Estado tem e há valores patrimoniais, se o valor patrimonial é 4,2 bilhões o Estado teria empatado na COPEL, há valores patrimoniais 3,8 bilhões de dólares.

Se fizéssemos, simulássemos, uma empresa ideal nessa área de atividade, ou seja, com capital de 40 e a alavancagem do financiamento de 60 e que tivéssemos 34% de ações ordinárias, como permite a lei do S/A e 66 de preferenciais. Fazendo um simples exercício aritmético: se a COPEL ficasse com 51% dessas ações ordinárias e vendesse o restante, ela com 291 milhões de dólares, contra 3.7 manteria o mesmo controle, a mesma responsabilidade de gestão e usaria a engenharia financeira normal em todo o mundo moderno.

Ou seja, com uma alavancagem de 40 a 60 você pode comandar uma empresa com 291 milhões de dólares de capital votantes,

correspondentes a valores patrimoniais.

Como o valor de Bolsa é menor, essa equação seria menor ainda em termos de valor de Bolsa.

Só para mostrar-lhe também e esclarecer a pergunta, vou mostrar a da INEPAR como é que é, é a mesma estrutura com relação a INEPAR.

A INEPAR tentou maximizar a sua estrutura de capital, mantendo só um terço de capital votante e dois terços de capital preferencial.

Temos o total do capital preferencial na Bolsa, em público e mantemos ainda entre os acionistas paranaenses 90% do capital votante, mas dividido entre todos eles. Quer dizer, eu, o maior acionista como mostrei anteriormente, só tenho 6,5% do capital da INEPAR.

E o nosso planejamento estratégico é para diminuir a minha participação na década, no fim da década para 3,5%, e continuarmos gerindo a empresa.

Ora! A pergunta é: se os Senhores fossem donos daquela outra empresa que dissemos que a COPEL é uma empresa nossa - nossa mesmo - olha, vou fazer um desafio: nossa mesmo é a INEPAR, porque tem mais sócios pessoas físicas do que a COPEL. Temos 500 sócios paranaenses, temos sócios no Brasil inteiro e todos os dirigentes da INEPAR são acionistas. E a grande maioria foi formada internamente, entrando lá como estagiário.

Acredito, sem falsa modéstia, e com um pouquinho de presunção, diria que a INEPAR é uma empresa mais dos paranaenses do que a COPEL.

Outra coisa, qualquer um dos senhores pode comprar ações da COPEL, na Bolsa, que nós ficamos satisfeitos.

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Professor Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, e, especialmente, Dr. Atilano. Vou procurar nas minhas indagações aqui, não tem a mesma contundência que teve o Deputado Durval Amaral. Vamos aprofundar aqui esta discussão.

Dr. Atilano, é claro que não está em julgamento aqui hoje, o papel da INEPAR, como uma empresa paranaense, criadora de empregos, que seguramente é importantíssima para o nosso Estado. E, claro, que para nós, paranaenses, é sempre bom ter uma empresa que faça sucesso, mesmo fora das nossas fronteiras. O que na verdade se trata - e a Assembleia tem discutido e tem isso até na verdade alguma profundidade, especialmente por causa da venda das ações da COPEL, é porque coincidentemente e o senhor abordou isso até de forma antecipada.

da, a INEPAR foi a segunda maior empresa, a maior contribuinte da campanha do Governador Jaime Lerner. Primeiro, foi o grupo Prosdócimo, e segundo foi o grupo INEPAR que mais contribuiu.

Nos países civilizados, nos países de primeiro mundo, que o senhor até tem muito contato, o senhor sabe que na Bélgica, na Itália, nos Estados Unidos, na Alemanha, é rigorosamente proibido a empresa que tenha relações de negócio com o estado ou com a empresa pública, que ela faça contribuições às campanhas eleitorais daqueles, que claro, como partidos são candidatos.

Então, queria perguntar para o senhor o seguinte: a INEPAR continua - porque é fornecedora - e continua propondo, inclusive, novos negócios e avançando em alguns como o senhor acabou de demonstrar, como é o caso do consórcio em Caxias, o senhor acha ética essa relação? O senhor veja, um dos diretores da INEPAR, me parece que está aqui presente, o Dr. Mário Celso, notoriamente foi um condutor da campanha do Governador Jaime Lerner. Ele é sócio e diretor da INEPAR. O senhor acha que eticamente é lícito, enfim, a INEPAR continuar tão fortemente vinculada ao programa de governo, desta forma como o senhor citou aí, do Governador Jaime Lerner? Como o senhor encara esta questão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A pergunta é maliciosa.

Nessa sessão, Vossa Excelência terá a liberdade de respondê-la ou não.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Respondo com satisfação o Deputado Romanelli. Não tem nada escuso na INEPAR. Então, posso responder sim. Sinceramente, não acho que haja malícia. Acho até que pode ser um direito, vamos dizer, de o senhor como Deputado, fazer esta pergunta.

Primeiro, estamos no Brasil e não na Suécia. Se estivéssemos nos Estados Unidos, daí seria completamente ao reverso. Lá há uma abertura total. Então não adianta chamarmos a tese, e no Brasil é permitido. Por exemplo, os membros do PT descontam do seu salário uma contribuição. Que eu saiba, nenhum se sente eticamente inibido de trabalhar para os governos em que o PT assume a Liderança e o mandato. Não é o nosso caso.

Estamos entrando numa licitação pública, temos uma empresa de capital privado, genuinamente paranaense, se não a única, uma das poucas que teria condições de participar com outros dessa licitação. Pode ser que eu entenda com certa paixão da minha parte. Eu, se fosse Deputado, faria uma listagem com a assinatura do senhor pedindo que a INEPAR participasse, porque

acho que é função nossa polícia, proteger, e citaria - se o Presidente me permite, sei que ele tem citado essa frase do ex-Governador Bento Munhoz da Rocha, mas acho que é extremamente pertinente. O último slide.

Dizia o governador Bento Munhoz da Rocha que devemos criar empresas paranaenses, devemos consolidar e devemos salvar, porque quem dá emprego a 1 milhão e meio de paranaenses no setor privado, são as empresas que aqui estão. Não é a APB não é a GE, não é a White Westinghouse.

Portanto, acho até que deveríamos, não a INEPAR, por que não lançarmos hoje um Projeto, para ser bem objetivo, de que todos os paranaenses, todos sem exceção, participem da Usina de Caxias? Vamos lançar uma idéia aqui nesta Assembléia, abrir um fundo para que todo o cidadão paranaense com 1 real, com 10, com 20, com 500 reais participem, independente se ele trabalhou na campanha do SAMECK, do Governador Jaime Lerner ou do ex-Governador Álvaro Dias; independente da sua crença, da sua religião, sem preconceito de cor, permitir que essas pessoas participem efetivamente do desenvolvimento de sua terra.

Fu amo esse Estado, não digo mais do que os senhores, mas pelo menos tanto quanto os senhores. E tenho, a nossa empresa é testemunha, quem comercia com ela dando total preferência, mais privilegiando empresas do Paraná na consecussão das nossas implementações de obras no mundo inteiro.

E temos participado de parcerias, prezado Deputado Romanelli, no mundo, na Argentina, por exemplo. Por isso que eu disse ao Deputado Rosinha - até em tom de brincadeira, e ele que me perdoe por isso - que somos uma empresa muito PT, por exemplo, não tem nenhuma empresa no Brasil que tem uma sociedade oficial com sindicatos de trabalhadores - essa empresa somos nós, na Argentina.

Somos sócios da Federação de Trabalhadores de Luz e Força, minoritários. Temos 40% de uma Usina e os trabalhadores tem 60% isso em Tucumã. E na província de Córdoba, nós temos 25% e os sindicatos e cooperativas têm 75. Temos sociedades em que somos majoritários, sociedades em que somos igualitários e sociedades que somos totalmente minoritários, com funcionários nossos, por exemplo.

Por isso que digo que a empresa é PT. Em todas as empresas que abrimos, os dirigentes são obrigatoriamente, democraticamente sócios. Temos empresas que trabalham para nós como componentistas que são ex-funcionários nossos, que financiamos todas as máquinas, o capital de giro, damos garantia de um ano de encomenda para que eles fabriquem componentes para nós.

Não sei se o Deputado estava nessa reunião, mas tenho certeza que o Deputado Vanhoni estava. Numa reunião que fizemos com o Lula - na ocasião ele ainda era o Presidente do PT - num jantar, estavam vários companheiros do PT e eu, que não sou do PT. E naquela ocasião o Lula por ter ouvido falar da prática social que temos em relação ao capital/trabalho, já nos convidou inclusive para uma palestra em São Paulo, pediu aos companheiros aqui do Paraná que visitassem a INEPAR para entender um pouquinho mais dessa relação capital/trabalho.

Lamentavelmente por falta de tempo, não da nossa parte, mas também desses companheiros do PT, essa visita não foi efetivada ainda, e agora de público cobro do meu amigo Vanhoni para que cumpramos essa promessa que tinha feito ao Lula, porque efetivamente duvido, gostaria que alguém me mostrasse alguma empresa no Brasil que pratica esse tipo de parceria com seus funcionários, dirigentes, comandadores, sócios, etc...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Réplica, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na verdade, acho que o Senhor não respondeu a questão central, mas perguntaria rapidamente para o Senhor, algumas outras questões que são o seguinte: na verdade, o Senhor veio aqui para esclarecer determinadas questões e acho que se o senhor sair daqui frustrado... nós queremos sair daqui convencidos - eu pelo menos quero sair daqui convencido - de que as coisas estão sendo bem conduzidas.

A INEPAR atua hoje, além do setor de energia e telecomunicações, atua também no setor financeiro. Tem aí a Corretora de Valores que tem tido... Esta empresa Corretora de Valores faz negócios com o Estado hoje?

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - Não tenho controle de momento, mas acho que não. Uma Corretora de Valores é uma Corretora que lida com títulos de terceiros na forma de intermediação, pode-se até que no passado essa Corretora possa ter tido negociação nesse Governo ou no passado ou qualquer outro. Porque seria o cúmulo impedirmos que uma empresa do Paraná faça serviços para empresas do Paraná. Por exemplo, só vou citar um caso que levamos ao Governo e parece que ele está resolvendo. Tem um decreto, consubstanciado em uma lei, que diz, em outras palavras: "empresas de fora do Paraná vendam produtos para a COPEL, TELEPAR e SANEPAR, porque as empresas paranaenses são penalizadas em 5% da diferença de ICM. Acho que deveria ser uma

preocupação desta Casa. Isto sim que é discriminação contra as empresas do Paraná. Não tenho visto vozes se levantarem com relação a esta injustiça. Isso existe. Tem uma empresa, e eu até confundi o sobrenome com o companheiro Romanelli, que foi uma empresa de transformadores que, recentemente tinha perdido uma concorrência de cinco milhões de dólares na COPEL, por causa dessa diferença de ICM. Sabe por quê? Porque o Paraná tem que destacar, se a empresa é paranaense, dezessete, e você, Deputado Romanelli que é empresário, sabe disso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mas houve uma alteração agora, inclusive que... uma alteração de pagar o ICMS no ativo fixo.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Porque é uma maneira de corrigir. Mas quantos anos nós tivemos essa injustiça?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Mas, creio que a legislação de ICMS tem que ser aperfeiçoada. Gostaria de fazer uma última pergunta ao Doutor Atilano, que é a seguinte: por quê a INEPAR decidiu, nos últimos tempos, entrar no setor de comunicação social também? Criou uma rádio, tem entrado na questão de TV a cabo, a NET. Por quê a INEPAR entrou nesta questão de comunicação social?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiro porque foi aprovada através do Conselho de Administração, que são doze membros, quatro externos e oito internos. Numa empresa privada, como você sabe, são feitas as propostas, o Conselho aprova ou não. Seria o cúmulo me proibirem de participar de um empreendimento qualquer, pois acho que não há pecado algum. Primeiro, em televisão a cabo o nosso propósito principal é usar infra-estrutura de televisão a cabo para parte de serviços. Você tem uma parte de entretenimento que é a televisão, que todos nós que assinamos sabemos, e tem uma parte que ainda no Brasil é embrionária, por causa dos impedimentos da legislação, que diz respeito a venda de serviços, por exemplo: segurança, controle de Bolsa, filmes educativos, educação, etc, que é a área que queremos atuar. Estamos por firmar um convênio com a Net Brasil, para que nessa parte de serviços nós tenhamos uma certa preferência, que é o nosso cacoete, e queremos aplicar telefonia também, nessa rede de cabo. Como há uma rede, uma infra-estrutura existente, a idéia nossa é utilizar aquela rede que tem, para que possamos, efetivamente, ter mais uso dentro de uma infra-estrutura existente, com relação a rede de cabo.

Na rede de cabos somos sócios do Grupo Globo, o Globo formou a Net Brasil, reuniu uma série de empresas de vários Estados. Tem a Net Brasil EDS, que nós temos uma participação, e tem a Net Brasil como um todo. A Net Brasil participa em algumas regiões como acionista e como franquidora do sinal, no caso do Estado do Paraná, a Rede Globo é sócia, não majoritária, é minoritária da Net Paraná e a HTV, ninguém é acionista majoritária dessa empresa, porque cada vez mais o mundo moderno hoje, não existe mais o "João GE", o "Pedro Westinghouse", é só aqui no Brasil que tem esta fobia de 90% do ordinário e 89% do preferencial e ficar com medo. Quer dizer, isto não existe no mundo, não existe empresa no mundo deste tamanho com o capital na mão só de Governo, todas são de forma parceria.

Cada vez mais o mundo moderno parte para a parceria. Então, a CEN, que é um projeto noticioso, informativo para o Brasil inteiro, um projeto completamente fora do que tinha até então em rádio, o Grupo Globo nos convidou para que colocássemos uma empresa embrião para depois alastrar no Paraná inteiro esta filosofia de noticiário. Não temos interesse nesse tipo de negócio, tanto é que foi aprovado no Conselho que nós, atendendo a uma solicitação da Globo, implantássemos isso daí, porque a nossa intenção não é ficar em CEN, inclusive se alguém tiver interesse de comprar, teremos satisfação em conversar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Dr. Atilano, o Senhor é um homem de coragem. Acho que a coragem que o senhor tem, falta em alguns homens públicos que estão no Governo do Estado do Paraná, porque desde outubro, Atilano, vem se discutindo na Assembleia Legislativa, na realidade a essência que é a privatização da Companhia de Energia Elétrica do Paraná. E até agora, nenhum homem do Governo, nenhum Deputado da situação teve a coragem de defender, de explicar, de debater, o que acontece no setor energético no Estado do Paraná. Ninguém!

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Não pretendo fazer um debate com Vossa Excelência. Vossa Excelência, um tanto quanto indelicado e acima de tudo irresponsável, porque temos trazido a esta Casa todas as informações possíveis, temos discutido o que é tratado com relação à COPEL.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Tenho o direito de fazer o julgamento a respeito da posição do Governo. Tenho este direito. O Deputado Algaci Túlio, depois, tem 15 horas para debater isso aqui. Não vamos interromper o meu debate com o Dr. Atilano, que acho muito rico. Inclusive, para Vossas Excelências, estas informações que o Atilano está trazendo, está contribuindo para as informações.

Sabe o que acontece, Dr. Atilano? Li a "Veja" desta semana, e na "Veja" tem uma matéria que me chamou muito a atenção: há oito meses atrás, o Governador Jaime Lerner tinha pré-anunciado um programa de incentivos fiscais para as empresas do Estado do Paraná, e que seria um programa que iria desenvolver o Estado do Paraná, ia gerar empregos, ia ser assim, algo estrondoso. Lá, por informações aleatórias, descobrimos que se tratava de um incentivo fiscal com base no ICMS, aonde que perto de 18 a 23 empresas, iriam descontar 20% do ICMS para constituição de um fundo de desenvolvimento, e que teria como objetivo, na realidade, socorrer uma empresa do grupo BAMEERINDUS, em Arapoti.

A revista "Veja", naquela época, salientei. Brigamos contra esse plano, pedimos esclarecimentos. Os esclarecimentos não vieram. O Governo não detonou o plano, porque foi denunciado, etc, etc. Deu repercussão nacional. E agora, vejo na revista "Veja", que o Grupo BAMEERINDUS teve um problema de 9 bilhões de reais, se desfez de todas as suas ações no campo da siderurgia, praticamente repassou tudo isso para o sistema da Odebrecht. E agora está tentando se desfazer da INPACEL. Quer dizer, na realidade, as coisas que acontecem no Governo são muito nebulosas, do ponto de vista dos incentivos fiscais.

O senhor trouxe hoje aqui, dados de todos os Governos que ajudaram a empresa da qual o senhor é o presidente, é sócio, que é a INEPAR. Acho que estou de acordo com o senhor, no que diz respeito ao seguinte: Olha, quanto mais empresas, quanto mais o Paraná se industrializar, quanto mais o Paraná puder ter uma cultura industrial e urbana e poder trazer os benefícios que a industrialização trouxe para os outros povos do primeiro mundo, acho que estamos de acordo. Mas só que vamos ser sinceros.

Quero pegar o "x" da questão do que nos incomoda: que eu defendo que iniciativa privada seja pujante e possa trazer benefícios para os trabalhadores, possa melhorar a vida de todos nós, mas defendo também a ética pública, isto é, de que o Estado, a coletividade, possa direcionar do ponto de vista democrático, o desenvolvimento de uma determinada região, de um determinado país. Neste sentido é



que vai a minha pergunta, dentro da linha que o Deputado Romanelli colocou.

Sabe por quê, Atilano? Por quê? A COPEL veio a venda das ações, por um projeto de um Deputado aqui da Assembléia, Deputado Genari. Que seguramente não subiu nenhuma vez na tribuna para sequer falar uma linha a respeito do projeto.

O Governo ficou em silêncio durante dois, três meses. Depois o Governo assumiu a autoria do projeto, que previa a venda de 49% das ações pelo preço de mercado. O senhor sabe, conhece a COPEL, a sua empresa é fornecedora de material para a COPEL.

A COPEL tem 2% das ações de mercado. Não tem mais nada. O preço dessas ações, naquela época, estava irrisório. E o senhor conhece o mercado de ações: se uma empresa não faz um trabalho para que suas ações sejam valorizadas, o mercado joga o preço das ações lá em baixo. O projeto apresentado aqui, previa que as ações da COPEL seriam vendidas por 20, 30% do seu valor. Ora, acho que o senhor não quer isso, acho que o Governador não quer isso e acho que ninguém quer isso no Estado do Paraná. No entanto, o Governo tem tratado essa questão e agora, como assumiu a venda das ações da COPEL, fez o substitutivo ao projeto do Deputado Duílio Genari: nós garantimos no preço da venda das ações, um mínimo de 50%.

Tem uma pergunta que acho que tenho que fazer para o senhor porque do Governo até agora não ouvi essa resposta; nós fazemos pedido de informação e não tem um Deputado que responda: "o Governo vai vender as ações por menos de 50%?" É claro que não deve vender. O Governador tem dito que não, que preço vil não vai. Ora, abaixo de 50% é um preço vil, convenhamos, cá entre nós!

E além disso, Atilano, a carta que você mandou para o Governador da COMPAGÁS, é, na realidade, reveladora e deixa uma suspeita muito grande. Porque ela revela e comprova que o Governo do Estado, o Palácio Iguaçu - que deveria ter transparência nessas questões - está tratando de questões importantes para todos nós apenas com 2, 3, 4 ou 5, sem que essas questões venham a público. Isto é, que pelo menos a concorrência pública, a possibilidade inclusive de outros setores empresariais participarem do processo estejam garantidas.

Acho que do ponto de vista da sua iniciativa não terá problema nenhum. Tem um problema quando o senhor solicita que é a COPEL - que tem a concessão da transmissão do gás - atue minoritariamente. Acho isso meio complicado. Levando em conta que a sua empresa tem uma vinculação com o Governo - não só de ouvir dizer, o senhor, aqui, expôs isso. Tem uma relação profunda

de amizade e uma relação política com quem está no governo hoje. Será que - veja bem - o que vai ficar sempre nebuloso na história do Paraná nesses quatro anos? Que o Governo Lerner, ao privatizar a COPEL, ao vender as ações da COPEL, ao vender as ações da SANEPAR, ao privatizar setores aí do Estado, está beneficiando um grupo empresarial no Estado do Paraná. Qual grupo é esse? O grupo que V.Exa. comanda. Isto eu não desejo, acho que o senhor não deseja, acho que ninguém deseja que aconteça. A não ser que esteja enganado! Da forma como as coisas estão acontecendo, tudo leva a crer nesse caminho. Porque o Governo do Estado - não adianta o Algaci ficar estridente - não veio aqui e a imprensa é testemunha, não veio aqui ninguém do Governo, até hoje, explicar nada do que acontece na COPEL, em Salto Caxias. O senhor revelou coisas de Salto Caxias que nenhum Deputado, ninguém veio aqui dizer hoje, até agora! Por que esse estudo da transformação de Salto Caxias com a parceria privada, não foi revelado antes? Por quê a Assembléia Legislativa não participa disso? Por quê a sociedade paranaense não sabe disso? O que está acontecendo no Governo do Estado?

Sabe porquê faço essa pergunta, porque não era o senhor que deveria estar aqui respondendo isso. Quem deveria estar aqui respondendo isso era o Governo do Estado. A sua empresa não tem que justificar nada para a Assembléia Legislativa. É lamentável, mas não tem. Quem tem que justificar algumas coisas e omissões é o Governo do Estado.

O DR. ATILANO - Primeiro vou responder sobre Import Gás. Com relação à Import Gás, como vocês sabem, existe um problema sério no Brasil com relação à matriz energética. Somos extremamente dependentes e vulneráveis com um processo em que a energia elétrica, 96% é de fonte hídrica. Combustível não totalmente produzido no Brasil, como vocês sabem também, existe um plano da PETROBRÁS de se transformar o suficiente, e praticamente a presença do gás que é um combustível extremamente importante e base de desenvolvimento de qualquer País, de qualquer região, existe uma falha gritante na nossa matriz. Não a nível só de Paraná, vamos dizer a nível de Brasil, e principalmente gás natural.

Em alguns casos, em alguns Estados que são próximos à exploração e às refinarias de processo da PETROBRÁS, tem uma certa posição de gás. Mas o Paraná, dentre todos os Estados de maior faixa de desenvolvimento, é o mais sacrificado por esta deficiência de gás.

Para você ter uma idéia, inúmeros in-



vestimentos de grande porte no Brasil, decidiram não se instalar no Paraná por deficiência de gás, porque o processo industrial exigia e exige como combustível o gás. Ao se aperceber disto e a Federação das Indústrias fez um trabalho muito interessante - eu acho, estava aqui o Ari, da classe e que é membro da Comissão de Energia da Federação das Indústrias - e vem tentando sensibilizar os diversos governos do Paraná para esta séria deficiência. Agora, mais recentemente, até no Governo do Requião, este trabalho andou e foi formada uma empresa que se chama COMPAGÁS, aprovada aqui por esta Assembléia, que tem a participação de capitais privados, uma abertura para participação acionária da PETROBRÁS e a COPEL. Nós, diga-se de passagem, não fazemos parte integrante desta empresa. Esta empresa teria a concessão de distribuição de gás.

Se você prestar atenção na carta que enviamos ao governador, que é uma carta oficial, tudo o que propusemos a todos os Governos anteriores, foi da mesma forma. Mostrei a carta ao Governador Álvaro Dias, quer dizer o procedimento nosso é extremamente aberto e dirigido à entidade máxima de Governo: propor uma alternativa de abastecimento, de suprimento grosso de gás para o Estado, ou seja, competindo isto sim com o monopólio da PETROBRÁS, que é a que fornece o gás "in bruto", e essa alternativa, de acordo com a flexibilização da legislação do petróleo, poderia ser proposta por entidades privadas. Embora não tenhamos a regulamentação ainda, mas estamos nos antecipando, formando um consórcio que terá aproximadamente vinte empresas, inclusive empresas internacionais, porque aquelas que têm o gás na Argentina e na Rússia participaram desse consórcio, e esta é a oferta que fizemos ao Governo do Estado, alertando para uma alternativa de resolver o problema de gás no Paraná.

Tem uma demanda talvez o Ari pode me corrigir mas é um milhão e meio de metros cúbicos/dia e nós temos 130 mil disponíveis. Quer dizer, há uma falta de abastecimento brutal de gás no Estado do Paraná. Pois bem, a COMPAGÁS é a distribuidora, ou seja, a COPEL em virtude de ter a concessão, fez este acordo, inclusive com o setor privado, que eu acho acertado isto inclusive, com participação de capital, embora nós não participemos, tem empresas paranaenses excepcionais ali dentro daquela sociedade, deve ser incentivado, para distribuição, não é o que nós propusemos.

Outra coisa, o problema minoritário. Num consórcio de vinte empreendedores não dá para ninguém ser majoritário.

Impossível. Não existe consórcio mundial que possa atender a necessidade de cada um que quer ser majoritário, nem o

Estado e nenhuma de suas companhias poderia ser, porque nenhum outro é. Poderia até quatro ou cinco empresas estatais manterem os 51% como no caso da COMPAGÁS, entrando, vamos dizer a PETROBRÁS e a COPEL poderiam até ter mais do que 51%. E se não entrar, pode ser até que a COPEL resolva diminuir a sua participação e não tem demérito nenhum.

Então, com relação a COMPAGÁS a nossa oferta é oficial, permanece válida até o tempo que o Governador achar por bem, através de consulta às suas e à COPEL, achar por bem fazer com que esta proposta oficial seja apresentada, e não há condições de que seja sem licitação, quer dizer, no momento oportuno o que o Governo vai fazer é o seguinte: Consórcio A,B,C ou D, cotem seus preços. Se este consórcio ganhar, daí ele vai abastecer eventualmente a própria COMPAGÁS ou outra empresa que venha a ser formada. OK?.

Acho que com relação a este ponto está...

O SR. ANGELO VANHONI - Só para sintetizar, gostaria que o senhor me respondesse o seguinte: a INEPAR participa do processo de privatização das companhias do Estado do Paraná?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Não, negativo. Não participa e surgiu uma notícia inclusive vários jornais repercutiram de que teríamos comprado 49% das ações ordinárias da COPEL. É tão absurda esta afirmação, mas só a título de curiosidade vou lhes dizer o seguinte, primeiro, se alguém compra, tem que ter alguém que vende. Se a COPEL tem 90% e não vendeu, como é que a INEPAR poderia ter comprado? Quer dizer, aí um milagre que não tem explicação. Segundo, não tenho vergonha de dizer que não temos vôo, quer dizer, é muito vôo para nossa asa, a COPEL. E terceiro, que agora vou me ater à COPEL. Acho uma empresa excepcional até tenho amanhã uma palestra com os funcionários da COPEL, e vou dizer exatamente isto que eu estou dizendo aqui na Casa. Se os funcionários da COPEL têm o legítimo direito de se preocupar com a sua empresa e acho que deve, e amam para burro a sua empresa, porque dela vem o seu sustento.

Eu e o meu grupo empresarial devemos muito mais do que isso, porque a COPEL foi a nossa mãe, se não existisse a COPEL, não existiria a INEPAR. Naquela época se usava muito a afirmação do Governador Bento: "É fazer, consolidar e salvar".

E eu não tenho também vergonha de dizer que algumas vezes fomos salvos, porque nos ajudavam muito.

O corpo de engenharia da COPEL foi praticamente uma escola de treinamento pa-

ra os nossos engenheiros. Na época do Governador Parigot, quando ele estava na COPEL, existia um pressuposto de confiança, que nós tocamos obras da COPEL sem Ordem de Serviço, bancando a obra e depois pegando a Ordem de Serviço. Já houve casos em que as engenharias da COPEL e da INEPAR trabalharam juntas para desenvolver um determinado processo. Apesar de ser uma companhia excepcional, infelizmente, a minha opinião é que é um péssimo negócio hoje. Ela transformou a melhor oportunidade do mundo.

Tenho até um ditado para com o meu corpo de direção, em que digo que: "três marceiros empresários vinham fazer negócio no mundo, no planeta, porque o planeta Terra era o melhor e tal. Desceram aqui e depois de um monte de pesquisa, para não me alongar muito na estória, eles decidiram aplicar em energia. Qual das energias? Energia hidráulica, porque o sócio era Deus, porque dava o combustível e não cobrava royalt, nada, era só não estragar muito a natureza. Mas aonde que vai se colocar? O País melhor para energia hidráulica é o Brasil. E a sede? Em Curitiba. E as usinas, aonde? No Rio Iguaçu". É o melhor lugar no mundo para empresa elétrica e nós não estamos transformando essa excepcional empresa num bom negócio, porque eu provo com números e vocês verificam, que para 4 bilhões de dólares de investimento, ter lucro médio de 30,50 milhões por ano e às vezes 100 é uma vergonha. Se você pegar 40 milhões a 4 bilhões, leva 100 anos para amortizar. Então, é um péssimo negócio se for comprada a valor patrimonial, ninguém compra. Eu posso jurar, escrever e vocês me cobrem: a COPEL, valor de 4 bilhões, faturando 800 milhões por ano. O faturamento da COPEL é 800 milhões de dólares por ano, líquido, para um patrimônio de 4. Vocês viram que a INEPAR, que não é a melhor empresa do mundo, com 120 fatura 400. É verdade que são economias e estruturas diferentes, mas tem que se comparar com empresas do mesmo ramo de outros Países.

O SR. ANGELO VANHONI - Apenas uma pergunta rápida. O Dr. Renato Requião trabalha na INEPAR?

O DR. ATILANO DE OMS SOBRINHO - Trabalha. Parente do Requião, primo.

O SR. ANGELO VANHONI - É diretor de Recursos Humanos?

O SR. ATILANO DE OMS SOBRINHO - Não, trabalhou na área industrial da eletro-eletrônica, foi o elemento chave na consolidação do nosso plano de relação capital/trabalho.

Ele tem um profundo envolvimento com a área de Recursos Humanos, mas eu deveria lhe dizer que extinguímos a área de Recursos Humanos da INEPAR há 2 anos, pelo pressuposto de, por ser o ativo mais importante da empresa, cada diretor e gerente tem que ser um gerente de Recursos Humanos.

Então na INEPAR não tem a função de Diretor de Recursos Humanos.

O SR. ANGELO VANHONI - A INEPAR tem algum convênio com algum órgão do Estado do Paraná ou com o Governo do Estado?

O DR. ATILANO DE OMS SOBRINHO - Nós temos convênio com o Brasil, o mundo inteiro, Universidade, por exemplo.

O SR. ANGELO VANHONI - Fora a sua relação principal, que é fornecimento de trabalho, fornecimento de... Não? Eu vou lhe dizer porquê. Este senhor, funcionário da INEPAR, usando o nome da empresa INEPAR, tem feito convites, e tem distribuído inclusive, convites impressos para funcionários de algumas autarquias do Estado, participarem de cursos na sede da INEPAR. Então, pergunto isso, Atilano, porque são funcionários que não tem nada a ver com a área de energia elétrica, vamos dizer assim, como se os funcionários da Secretaria de Transporte, diretores, membros de escalões superiores fossem participar de reuniões, de cursos de qualidade total na INEPAR. Tenho documentos a esse respeito, gostaria que você explicasse isso.

O SR. ATILANO DE OMS SOBRINHO - Posso lhe dar um volume maior de documentos que prova isso. Nós temos, com todas as concessionárias do Brasil, promovido Seminários, tanto de qualidade total, como de qualidade específica de produto, como sistema, na sede da empresa às vezes, quando existe condição de abrigar todo mundo. E a COPEL é uma das empresas que convidamos. Não só a COPEL como todas as empresas do Brasil.

Aliás, a nossa empresa tem sido considerada, durante muitos anos, como a empresa que mais abre as suas portas, a sua tecnologia para o sistema estatal brasileiro. Temos casos até de Governos: Ceará, Santa Catarina, qual é o outro? Espírito Santo, que tem nos convidado para estimular convênio de formação de Recursos Humanos, na área de qualidade total, dirigida a Recursos Humanos. E além de lhe dizer que é verdade, acho que você tem muito pouco documento, que posso lhe dar muito mais. Nós fazemos isso para quem quiser e a Assembléia Legislativa do Estado tem um convite nosso, já de algum tempo e agora reafirmado, para trocar idéias conosco,

não que nós venhamos a ensinar a Assembléia como tratar Recursos Humanos, porque cada convênio desses na verdade, nós aprendemos mais do que ensinamos. Agora, temos um orgulho profundo a às vezes até uma certa presunção.

Nós nos achamos os melhores no Brasil nisso daí, e tem que consultar o melhor, e o Brasil inteiro tem nos consultado nisso, inclusive o seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Dr. Atilano, em função do que foi exposto sobre a imprensa, sua estrutura de capital, posição no mercado, diversidade de negócios, incentivos e auxílios obtidos, nossa indagação é no sentido do seguinte: qual a participação de faturamento para o Paraná nos negócios da INEPAR, seja em função de tributos ou outras receitas e benefícios, proporcionados por este relacionamento.

O DR. ATILANO - Lamentavelmente e felizmente ao mesmo tempo, com o crescimento de empresa e também com as exportações, os nossos números passaram a ser muito representativos fora do Estado do Paraná, em relação aos números de dentro do Estado.

No começo da INEPAR, talvez, sem maneira jocosa de dizer, mas 110% era no Paraná. Depois houve uma época que foi decrescendo e existe uma variação entre três até 18% do faturamento, dependendo do ano, dentro do Estado do Paraná e isso inclui empresas, vamos dizer, não paranaenses no Estado do Paraná, por exemplo, Itaipu, TELEPAR. Por exemplo, nós temos uma relação muito forte, vamos dizer, com a TELEPAR, vários contratos.

E se nós tirarmos as federais disso, aí dá menos de três e meio, quatro por cento, quer dizer, entre, incluindo as estatais, COPEL, SANEPAR, etc, talvez dê nesta média quatro, quatro e meio por cento no faturamento dos últimos anos.

Você perguntou sobre tributos também. Se você considerar todos os tributos, nós estamos perto de 50 milhões de dólares de tributo. Se considerar só tributo no Estado do Paraná, referente a IPI, e ICM, mas só no Estado do Paraná, tenho um gráfico aqui. Ele dá isso daí, 24,3 milhões de dólares em 94, e 25,5 milhões de dólares em 95. Só para esclarecimentos, acho que alguém aqui perguntou sobre os estímulos fiscais que nós tínhamos no Estado.

Há alguns anos atrás, quando nós tivemos a participação do BADEF no nosso capital, o nosso patrimônio líquido na época era mais ou menos 18 milhões de dólares. O BADEF participou com 25% disso daí, ou seja, 4 milhões de dólares, e depois vendeu

essa participação que tinha. Então, só para vocês terem uma idéia, a participação que o Governo do Paraná deu há 10 anos atrás para nós, praticamente um sexto do que arrecadamos por ano, no ano passado.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, gostaria de fazer algumas colocações. Acompanhando atentamente o pronunciamento do Dr. Atilano e há algumas anotações que nós fizemos, que gostaríamos de destacar.

Primeiramente dizer ao Dr. Atilano que nós gostamos como representantes dos trabalhadores que somos e oriundos do povo mais simples e mais pobre, e do trabalho também, e não pertencemos ao Partido dos Trabalhadores do respeito que foi mostrado nesta transparência, ao trabalhador. Uma coisa importante que tem que ser colocada com esta sua vinda aqui, o respeito dado ao trabalhador, desde aquilo que foi proposto aqui, desde salários, até as atividades que participa o trabalhador na sua empresa.

Não conhecia a empresa, de modo que acho que o empresário que faz isso, terá sempre muito sucesso, porque ele respeitando o trabalhador, o trabalhador respeitará. Achei muito interessante isso.

Também outra coisa interessante, que nós achamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e que se falou muito na semana que passou sobre a vinda da Renault para o Paraná e que o Governo concedeu incentivos para a Renault vir para cá. E de repente nós estamos aqui questionando uma empresa paranaense. Temos que ser mais bairristas com as nossas coisas, temos que incentivar para que essas empresas continuem a gerar emprego para os nossos trabalhadores do Paraná. O Paraná precisa de emprego. Está aí o Governador viajando o mundo inteiro, buscando trazer emprego para o Paraná. E de repente, nós vimos aqui questionamentos de uma empresa que está indo em outros Estados e trazendo para cá empresas que estavam em outros Estados, se estabelecendo no Estado do Paraná. Achei muito importante isso aí também e gostaria de deixar claro, que sou favorável a esse seu pronunciamento e essa linha de trabalho da INEPAR. Desse trabalho de trazer empresas de outros Estados para cá, porque está gerando emprego para o nosso povo que mora aqui e trabalha no Estado do Paraná. Temos que ser mais bairristas com isso.

Quanto aos incentivos oferecidos, acho que o Governo do Estado tem que oferecer incentivos para as empresas de fora, como tem que oferecer para as daqui. Não existe industrialização neste Estado do Paraná, e nas cidades, se os Prefeitos e Governadores não incentivarem as empresas aqui. Primeiro, as daqui! Depois as de fora. Ba-

seado numa frase que ouvi aqui de um ex-Governador, nós temos que primeiro socorrer e incentivar o que é nosso, o nosso filho e depois, os outros. Esse é um pensamento particular meu. E ainda mais quando é uma empresa que fala em tecnologia. Tecnologia de ponta, de primeira que está no nosso Estado. Está trazendo para cá o que nós queremos.

Gostaria também de fazer um pedido, em nome do nosso povo de Ponta Grossa: o senhor citou que a empresa nasceu através de um pontagrossense, e lá nós temos uma empresa parada, de grande porte, e quem sabe já que não dá para dar o vô maior para a COPEL, quem sabe a INEPAR voe para Ponta Grossa e valorize aquele seu sócio e nos dê a IMPAR de volta lá e reabra a IMPAR com incentivos do Governo do Estado? Porque é uma empresa nossa, parada e que tem trabalhadores sem emprego. Então, eu gostaria, já que o vô não dá para a COPEL, acho que voar até Ponta Grossa dá, e que a INEPAR fizesse agora uma homenagem, primeiro ao seu criador que é pontagrossense, e nos desse a INEPAR, a reabertura dessa empresa que tem algumas ligações com a própria empresa INEPAR.

E para finalizar, gostaria de fazer uma pergunta, pessoalmente, sobre o caso COPEL, que ainda acho que o Governo não deveria vender. Esse é um pensamento meu. Enquanto não me provarem ao contrário, estarei com esta idéia.

Se o doutor Atilano fosse o Governador do Estado do Paraná, hoje, se o senhor fosse o Senhor Jaime Lerner, hoje, com tudo que o senhor conhece de energia elétrica de todo o Estado do Paraná e do Brasil, o senhor venderia as ações da COPEL? O senhor faria isso, se o senhor fosse o Jaime Lerner?

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiro, quero agradecer as colocações do Deputado e, com emoção, digo realmente, nós devemos alguma em Ponta Grossa. E teremos satisfação em estudar a alternativa, que seja benéfica para todos os lados do Estado e para Ponta Grossa, em estudar qualquer investimento naquela cidade. O nosso fundador merece isso, e Ponta Grossa também merece. Então está aceito o desafio.

Com relação a pergunta objetiva e eu gostaria de responder toda e qualquer pergunta que for formulada com relação a COPEL. Eu disse para todos aqui. Agora há pouco, que a COPEL está na melhor fase para uma excepcional empresa de energia elétrica e que, por força das circunstâncias, não digo que sejam erros de Governo, mas institucionalmente pela forma como a coisa se desenvolveu, ela não é um bom negócio. Porque é que ela não é um bom negócio? Porque o retorno no investimento é muito

pequeno. Tem um investimento muito grande, com baixo nível de alavancagem e com faturamento muito baixo.

Por, primeiro não tenho competência para ser Governador do Estado do Paraná, quisera ter 10%, vamos dizer, da competência que tem o Jaime Lerner ou outros que o sucederam.

Agora, nesta área sou obrigado, por forças das circunstâncias, a ter um certo conhecimento. Eu sinceramente, respondendo objetivamente, se eu fosse dono privado, não como Estado, porque não tenho essa condição, mas vamos dizer como privado da COPEL, eu faria uma reestruturação completa dentro da empresa na estrutura de capital. Começaria por reduzir o imobilizado, porque se não se continuar com esses 4 bilhões de dólares lá em cima, o tempo que nós vamos chegar para remunerar isso é muito longo. Então tem que fazer parceria em todas as áreas, geração e transformação inclusive de usinas prontas. Convidar sei lá a ABB (?) da vida para vir aqui, Salto Segredo, está pronta a empresa, está gerando, vamos fazer uma sociedade, você entra de sócio aqui e vamos lá desmobilizar um pouco. Salto Caxias, em vez de fazer com 45%, parece que o Governador propôs a COPEL a participação, eu faria com os 17,2% uma ação a mais do que o necessário para o controle acionário, exatamente como nós fazemos aqui na INEPAR.

Com isso nós aumentaríamos a participação de terceiros. Ao aumentarmos a participação de terceiros, tendo mais gente no jogo eu vou procurar alavancagem. E iria participar de empreendimentos energéticos no mundo.

Aí é que a COPEL tem engenheiros fantásticos, tem uma estrutura técnica fantástica, tem experiência em geração, transmissão e distribuição, por que "pipoca", ficar só no Paraná, por que não se associar com A, B, que não seja a INEPAR, eu acho que o melhor sócio da COPEL deveria ser a INEPAR, mas como não me permite, sê-lo, talvez, acho que é risco, é pecado, ela vai ter que se associar com o pior. Mas de qualquer maneira, eu acho que ela deveria de se associar com vários empreendedores privados para tocar o seu processo e fazer a única coisa que viabiliza uma empresa de muito patrimônio líquido ou muito imobilizado, reduzir o imobilizado e aumentar o patrimônio.

O SR. JOCELITO CANTO - Mas se o Senhor fosse Governador o Senhor venderia ou não?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Não, eu não tenho competência para ser Governador e poderia...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Sr. Presidente, para não perder a preciosidade de uma informação que o Sr. Atilano deu e que acho eu indispensável para esta Casa, porque o Sr. Atilano está expondo sobre a COPEL como ninguém expôs até hoje.

E ele disse uma frase aqui que para mim foi emblemática, o Senhor disse o seguinte, que pelo valor patrimonial, pelo PL da COPEL, ela não é um negócio interessante. Eu queria perguntar para o Senhor, Dr. Atilano, que pelo valor das Ações que hoje estão cotadas em Bolsa, a COPEL passa ser um negócio interessante?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Eu quero inicialmente cumprimentar o Dr. Atilano pela maneira clara e muito ética, principalmente com que vem respondendo as questões, até as vezes algumas provocações que envolvam empresas paranaenses que nada tem a ver com a questão e com a presença do Dr. Atilano aqui nesta tarde.

Nós devemos sim é aproveitar este momento e eu acho que o estamos fazendo, para alguns esclarecimentos, ao tempo em que temos uma pessoa aqui.

Queria aproveitar, Dr. Atilano, porque tanto tem se falado e a imprensa tem noticiado a respeito dos debêntures, e queria aproveitar o conhecimento de V.Senhoria no mercado energético para esclarecer a nós, como tem sido conduzidos esses processos de lançamentos de debêntures, um lastramento das Ações de concessionárias de energia em outros Estados, e se o Senhor achar possível também fazer um paralelo, se é que é possível o Senhor responder mesmo não sendo Governo, como poderia isso ser adaptado ou se seria adaptado de qualquer maneira aqui no nosso Estado.

O DR. ATILANO SOBRINHO - Deputado Justus, agradeço aí as referências e não vale muito as boas referências porque você é meu amigo de muito tempo. Mas de qualquer maneira respondendo a pergunta.

A problemática orçamentária dos Estados é praticamente a mesma em toda a Federação Brasileira, quer dizer, os Estados estão enfrentando seriíssima dificuldade com o seu orçamento que grande maioria das vezes as suas receitas estão até encolhendo ou crescendo num nível muito pequeno, e as suas despesas, principalmente com pessoal estão apresentando uma curva de crescimento extremamente perigosa com um ingrediente maléfico e altamente canceroso que é o problema do inativo, quer dizer, cada vez por força da lei da Previdência e da sistemática utilizada no Brasil, cada

vez mais o número de inativos é mais representativo na folha total, tanto em números físico como em número de valores absolutos de reais dispendidos. Então o que os Estados estão fazendo é o seguinte: pela baixíssima capacidade de investimento que eles têm, o problema de levar adiante a COPEL na estrutura de Capital que ela tem com 90% do Estado, embora como disse, reconheço que não tenho competência para dirigir, não tenho nem experiência, só tive um emprego na vida que é o da INEPAR. Esse realmente conheço. Agora os outros é enigmático para mim. Então eu não sei o que é que faria se fosse Governador, mas posso dar uma pincelada, como empresa COPEL se eu fosse administradora de empresa COPEL o que é que far-se-ia dentro daquela figura de diminuir, imobilizar e aumentar o faturamento e com relação a debêntures, esse é um processo escada para um processo de abertura e democratização de capital e melhoria de perfil da estrutura de capital, com maior participação de capital privado. Ou seja, o que é que os Estados estão fazendo - eles lançam debêntures sobre uma forma ou outra e como garantia dessas debêntures, eles lastram um determinado volume de ações ordinárias de capital votante. Quem tem normalmente subscrito a garantia dessas debêntures são empresas também de Estado, ou seja, ENDES, Caixa Econômica e assim por diante. Na cláusula desse contrato se não houver o resgate daquelas debêntures elas serão automaticamente convertidas em ações ordinárias ou o possuidor delas têm a autorização para colocá-las no mercado. E logicamente ao vender aquelas ações no mercado, teremos um monte de outros sócios, vamos dizer, na própria empresa estaria sendo a mãe dessas debêntures. A grande discussão, acho que o processo é extremamente acertado e é existente no mundo, não é só o problema de ser injusto ou justo, o problema é que a debênture é um papel que é utilizado fundamentalmente como um processo preparatório de abertura de democratização de capital. A grande discussão que se têm é qual é a taxa de conversão daquelas debêntures. Vamos dizer, eu, Governo do Estado, lancei as debêntures, não tive dinheiro para pagar, porque ocorre muito isso. Ou prorrogo, ou faço qualquer coisa, ou então vou deixar o ENDES resgatar e ele vai resgatar de acordo com aquela condição contratual. A dúvida que tem é que muita gente talvez, e acho que é exclusivamente por falta de informação. Concordo com um ponto que o Deputado Varnhoni colocou e também tenho para comigo, e na nossa empresa nós temos essa deficiência é um pecado capital brasileiro, nós nos comunicamos muito mal.

A comunicação sistêmica brasileira é



péssima, até me permito fazer uma crítica ao meu amigo Jaime Lerner, o Rio quando levou aquela fábrica para ele que é um terço do investimento dessa, fez um carnaval. Agora, trazemos a fábrica para cá que é muito maior o investimento, mais fixadas as raízes, porque tem toda a parte de auto peças em conjunto. E hoje escutei na CBN alguém dizendo que está péssimo isso daí. Quer dizer, não entendo mais nada, efetivamente é um negócio difícil de entender.

Pois bem, voltando a remuneração da debêntures e a conversão. Se criou uma mania no Brasil de vincular todo o valor de ações ao valor patrimonial. Valor Patrimonial e vou provar aos senhores também para provar que se tivesse forças suficientes como alguns companheiros nossos amigos falaram que nós tínhamos feito força para baixar o preço da ação da COPEL para comprá-las no mercado. Quer dizer, realmente não é elogio para nós porque nós não temos essa bala não. Agora se tivesse essa força, a primeira coisa que ia fazer é levar o preço da minha ação. Então está aqui um gráfico, o mercado brasileiro acionário está em depressão. O preço médio do valor patrimonial em relação ao valor de mercado está perto de 33%, ou seja, teoricamente se visse alguém com dinheiro aqui, comprava todos os ativos da Bolsa de Valores de São Paulo e Rio de Janeiro por 30% em relação ao seu valor patrimonial. Todas. Entre todas estamos nós também. Eu fiz um comparativo, quando eu fiz um estudo sobre a CEMIG.

(Expõe dados através do quadro na coluna ao lado)

Então todos vocês podem ir lá na Bolsa e comprar esse pouco de ações que a COPEL tem a este preço que está aí, e também podem comprar de todas as empresas ali.

Por força das circunstâncias, por ser uma empresa de capital privado, a que apresenta liquidez de bastante negociação, embora com um valor muito menor em bolsa, é a INEPAR com valor maior de negócio e a ELETROBRAS por força das circunstâncias por ser a holding do sistema.

Então o valor que o mercado está dando para as ações é esse daí. Acho, que a COPEL vale mais que isso que está aí. Nós temos uma forma de analisar que nos dá uma visão de que a COPEL vale mais que isto, porém para valer mais, alguém tem que comprar um bloco de ações que de condições de participar no gerenciamento, porque se ela permanecer com essa taxa de crescimento que tem apresentado nós últimos anos, 800 milhões de dólares por ano que está hoje, não haverá negócio para esta empresa, porque tenho certeza que nenhum dos Senhores compraria sequer o valor de mercado, com

**DADOS SOBRE OPERAÇÃO CEMIG COM BNDES**

COMPARATIVO	Nr.Acoes	P.Liquido	Fat.1994	V.P.A./1000	Valor A.M.	VM/VPA	Endiv.	L. 1994	I.p.1995	V.mercado*1000
CEMIG	129821	\$8.464.50	\$1.706.40	\$65.20	\$24.52	37.61%	36.00%	\$686.70	\$173.80	\$3.183.210.92
COPEL	241710.9	\$4.232.10	\$880.60	\$17.51	\$8.17	47.00%	27.00%	\$114.20	\$31.00	\$1.974.778.05
ELETROPALULO	30863.7	\$6.583.60	\$3.975.60	\$213.31	\$48.14	23.00%	55.00%	(\$52.50)	(\$559.30)	\$1.516.842.22
ELETROBRAS	53750.3	\$67.705.90	\$4.218.30	\$1.259.64	\$300.60	24.00%	44.00%	\$1.855.70		\$18.157.340.18
LIGHT	10390.8	\$6.710.80	\$1.520.10	\$845.84	\$384.75	58.00%	14.00%	\$144.30	(\$134.40)	\$3.750.044.30
CELESC	600.6	\$1.258.00	\$598.40	\$2.063.75	\$573.24	28.00%	12.00%	\$40.30		\$348.873.86
CESP	83698.3	\$12.541.60	\$2.606.50	\$139.85	\$28.74	21.00%	81.00%	\$55.10		\$2.692.889.14
CAT.LEOPOLDINA	32447.2	\$146.50	\$40.40	\$4.52	\$0.87	19.00%	88.00%	\$8.60	\$7.00	\$28.228.06
C.P.F.L.	19188.8	\$2.347.70	\$1.209.50	\$122.35	\$47.09	30.45%	22.00%	\$22.10	(\$32.50)	\$903.600.59
INEPAR	80617	\$120.00	\$320.00	\$1.49	\$0.73	49.04%	64.00%	\$18.50		\$58.850.41



essa taxa de retorno. É muito baixa a taxa de retorno. Então, o que é que acontece? A negociação de debêntures, o ENDES ou a Caixa Econômica solicitar ou determinar que não tenha vinculação com o valor patrimonial, não quer dizer que ela ache que a empresa vale menos que o valor patrimonial, acha que ela vale mais.

Então, o que Minas fez, na minha opinião a negociação mais inteligente que foi feita foi Minas Gerais, embora ela vendeu 18,7 bilhões de ações nominais que representa 33% do capital votante por um preço a 37% do valor patrimonial, só que, com uma cláusula, aí é que está o negócio que nós deveríamos discutir mais profundamente, uma cláusula que diz: "que se vender além daquele valor patrimonial, x% do lucro fica com o Governo do Estado de Minas Gerais, e x% com a empresa.

Ora, como ela tem interesse que seja maior, ela vai ajudar a elevar esse valor da ação e vai vender em bloco traide, por exemplo, o ENDES fez mais ou menos isso, comprou um lote muito grande de ações de INEPAR no mercado por um valor mais baixo, e depois fez um bloco traide, o Dimarco, talvez possa me dizer quantas vezes o patrimonial lá.

Foram duas vezes. Duas vezes o patrimonial ela vendeu. Tem um outro caso que nós fizemos agora, que saiu no jornal esta semana. A capitalização da Iridium Brasil, nós fizemos a permuta, por ser um projeto de alta tecnologia e altamente alavancagem, uma ótima taxa de retorno. Nós vendemos a permuta a 2,38 e foi todo tomado o capital. Ou seja, a Iridium Brasil, que está cediada no Rio de Janeiro, que é uma empresa da INEPAR.

A INEPAR preferiu perder 45% do total dos 100% que ela tinha, para vender ao mercado das fundações que vão ficar com 45% distribuído, para uma empresa totalmente capitalizada e com agil equivalente ao multiplicador de 2.38.

A CELESC, preferiu outro caminho ela pegou e estabeleceu penalizações. Se o cara converter dentro de um período de um ano, temos taxa mínima de conversão. Se converter no segundo ano, outra taxa e assim por diante de tal forma de estimular a conversão por um valor que seja benéfico para a empresa.

Agora eu soube aqui no Jornal, por exemplo, que a CELESC teria vendido, 49% através da permuta do seu capital ordinário votante 100 milhões de dólares.

Ora, tenho documento aqui que foi da Imprensa, público, que ela vendeu os 100 milhões de "debentures" e nas taxas de conversão da 18.6 do capital total, e 24% do capital votante.

O problema da desinformação. Quando alguém pega a informação e diz: "bom, a

CELESC vendeu 49%, a 100 milhões são uns imbecis. Ou vem a informação, a COPEL vendeu, como eu vi um dia desses aí. Parece que venderia por 400 ou 500 milhões de dólares.

O total de sua participação ordinária. Ninguém é bobo, assim. E não é o propósito de nenhum governador do Estado, sequer o Jaime Lerner, ou qualquer outro que administre este Estado. Por exemplo, houve a venda de capital da TELEPAR, que o Governo tinha na TELEPAR. Qual foi o valor patrimonial que foi vendido, aquelas ações?

Não antes da correção monetária. Que nem a COPEL, quando tinha a CRC, aumentou em 800 milhões de dólares. Então esse. Então depende da data. Pode ser que a COPEL faça a conversão como a INEPAR fez.

Vamos dizer da Iridium Brasil agora, a 2,38. Mas pode ser que ela seja forçada a fazer aqui a três meses se a condição não estiver boa, a 0,70. Então o valor patrimonial não estabelece a melhor forma de comparação.

Agora acho que se eu fosse dono da COPEL, faria um programa de redução de mobilização, de aumento de faturamento. Não ficar só no Estado do Paraná, participar do Brasil inteiro, fazer parceria do máximo possível. E todos os aproveitamentos que tivesse é com o máximo de participação de terceiros.

E eu, se fosse dono manteria o controle acionário. Ou seja, teria 50 mais um das ações.

Agora, esta pergunta pode ser feita para outros empresários que podem ter uma estratégia diferente. Privatizar tudo. Não estão errados. Aqueles que acham que devem privatizar integralmente, e depois talvez, investir em planos sociais.

Uma das perguntas que eu teria para todos nós refletirmos, é aquela que chegou a ser pincelada.

"Será que a população do Paraná pudes-se. Será que nós aqui, privilegiados, porque estivemos em universidade etc., comunicássemos a população pobre do Paraná, que nós temos aí, 3 bilhões e 200 mil de capital da COPEL e temos deficiência de posto de saúde, temos deficiência de segurança, temos deficiência de moradia, o Hospital de Clínicas está quebrando, o Hospital Evangélico... Será que eles preferiram manter aquela falácia de dizer que a COPEL é nossa, que a SANEPAR é nossa?

Quero saber qual dos Senhores, quem recebeu um tostão de dividendos das empresas? Ninguém. O Estado é sócio, e o Estado nunca recebeu dividendos também. Só pôs.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - O Senhor desenvolve um argumento que é extremamente político. Claro que o Estado dis-

tribui através de subsídio, por exemplo, na tarifa de energia. Coisa que ele deixou de fazer recentemente.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - O Brasil subsidiou as tarifas públicas e tirou do bolso do trabalhador, aquele mais pobre através do processo inflacionário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Me inscrevi para uma colocação eventual, mas não ia fazer. Mas da pergunta do Deputado Nelson Justus até a minha faltam 8 inscritos. Se for demorar 30 minutos para cada uma das perguntas e respostas, então vou desistir de ficar aqui, aguardando. Não quero ser indelicado, mas não dá para nós ficarmos com 30, 40 minutos em cada resposta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos agir de acordo com o que foi tratado. Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, quero lhe parabenizar pelo convite formulado ao Doutor Atilano. Quero ser bem sincero.

Com respeito ao problema da COPEL, recebi já informações do Líder desta Casa, das palavras diretas do Governador do Estado numa reunião com mais de 30 Deputados com o Presidente da COPEL, que foi questionado e aparteado por Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury.

Com respeito a esse assunto não vou adentrar. Mas gostaria, Doutor Atilano, de falar um pouco da sua empresa.

Há 30 anos praticamente ela não existia. Quero lhe parabenizar, porque o Senhor como paranaense e curitibano e seus componentes, hoje é uma empresa que está disputando a nível nacional, quem sabe a nível internacional.

Porque todo mundo olha para o Deputado e diz: "Pô, você está de carro novo. Você era Vereador de Mandrituba e está de carro novo."

Mas, passaram-se 30 anos! Todos nós trabalhamos para alcançar um objetivo. E Vossa Excelência como paranaense, merece o maior respeito da nossa parte.

O Senhor sabe o que está errado? O que está errado é que a COPEL teve que vender as ações, a TELEPAR teve que se entregar ao Governo Federal. Está errado é que nós não temos, em Brasília, homens de capacidade empresarial como os paranaenses que têm sucesso nas suas empresas. Nós lá temos omissos, pessoas incompetentes que não respeitam o Estado do Paraná.

É um Estado que não tem universidade paga pelo Governo Federal. É o Estado que está fazendo uma ponte cruzando dois Esta-

dos com dinheiro do povo do Paraná. É um Estado que está construindo uma estrada até o Estado de Santa Catarina com recursos do Paraná, por incompetência daqueles que hoje estão representando o Paraná a nível Federal. Esta é a verdade.

Mas trago uma preocupação com respeito à COPEL. E quero já lhe agradecer, porque não o conhecia pessoalmente, hoje tive o prazer de chegar perto do Senhor, não o conhecia. Mas o Senhor dá emprego para o meu povo da Fazenda Rio Grande.

Nós perdemos a Renault para São José dos Pinhais, mas acho que nós vamos ganhar a Mercedes.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: a TELEPAR quando passou para o Governo Federal começou a esculhambar. Hoje existem milhares de pessoas que pagaram e que não tem, pelo seu telefone. O que nos preocupa, não é a venda das ações que o Estado fica com a maioria, mas é que acho que por trás de tudo isso, talvez o Governo não saiba, o Governador, ou ex-Governadores, ou futuros Governadores, mas a nível nacional eles querem acabar com o padrão da COPEL. Esta é a minha opinião. Quer dizer, não é o problema de vender as ações. É a interferência da ELETROBRAS, como houve também a interferência da TELEBRAS na TELEPAR.

Então, gostaria da sua opinião a este respeito.

Muito obrigado.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Agradeço suas palavras e com relação a este tema que você colocou respeito profundamente a sua opinião, acho que cada um de nós pode ter visões diferenciadas, mas o que todos nós queremos, tenho certeza, independente de coloração partidária que nós venhamos a ser, tenho certeza que o que nós queremos é o mesmo. Que o nosso Estado tenha abastecimento energético garantido ao melhor preço possível de competição e que o nosso povo seja efetivamente atendido.

O fato de a TELEPAR, o senhor citou a TELEPAR, acho que a TELEPAR tem algumas características muito próximas a COPEL. A TELEPAR foi uma empresa que sempre se destacou no cenário nacional, ela tem índices de desempenho extremamente satisfatórios, foram perdidos nesses últimos anos em relação as demais empresas de telecomunicação do Brasil, mas é uma empresa tradicional e boa. O problema que a TELEPAR enfrenta aqui com telefones é mais ou menos nacional, é institucional, quer dizer, o Governo Federal perdeu a sua eficácia de tocar os seus empreendimentos, que ele não deu conta da parte social e não pode atender, como gostaria, talvez, os governos que antecederam, até o Fernando Henrique, de ter acertado, mas lamentavelmente

não dá, quer dizer, um Estado da Federação que tem um déficit habitacional que nós temos, um índice de saúde barbaicamente baixo, sofrível, com índices de habitação popular vergonhoso, com educação precária, nós destruímos praticamente a educação de terceiro grau neste país, quer dizer, este Estado, de alguma maneira tem que atender essas áreas.

Então, não é por ideologia, é por necessidade que o Estado está tentando sair de alguns setores de infra-estrutura, tais como, petróleo, telecomunicações, energia, área rodoviária e ferroviária para poder ter um pouco de fôlego, para atender as outras áreas que ele reconhece que estão praticamente falidas. Então, esta é a nossa opinião.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Atilano, o senhor estava se referindo há pouco nas suas considerações, que o empresariado do Paraná dá quinhentos mil empregos e que é por este caminho que o Paraná deveria estar caminhando.

Estive ontem, juntamente com o Deputado Albano, em Brasília, a convite da Associação Comercial do Paraná, da Federação da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, da Federação do Comércio Varejista, do comércio, e da agricultura, numa reunião, num seminário que tratava justamente da reforma tributária e como é que fica o Paraná. A reforma tributária é uma questão nacional. E nesta reunião, onde grande parte do empresariado de Curitiba especialmente se fez presente, nós pudemos observar a indignação e até revolta dos setores empresariais que viveram meio contestado com (ininteligível)... o Governo nesses anos todos e reclamavam eles justamente a lisura da participação do empresariado na privatização, na postura do próprio político nas reformas, na extinção do custo Brasil.

Hoje vejo o senhor aqui pregando a parceria com os demais, com o Estado e a empresa privada.

Gostaria de saber se esta parceria do empresariado paranaense, especialmente da sua empresa, não se refere só a Caxias, mas também se fará esta parceria com uma hidrelétrica que vai construir no Rio Tibagi, uma das seis, que é a de Jataí, que é a de São Jerônimo da Serra que é a do Cebolão onde a rentabilidade é pouco e ali sim precisa dos investimentos da parceria porque aquela não está realizada e não está produzindo. É esta parceria que nós gostaríamos de ver o competente empresariado paranaense, porque tem competência e a Vossa empresa é um exemplo dessa distinção de competência participando e fazendo com que o Paraná pudesse levar até essas outras regiões, Sr. Presidente, mas eu

vim, e até devo dizer que o Sr. não é a pessoa que deveria estar explicando estas questões nesta Casa. Malgrados os esforços do líder do Governo Algaci Tílio, esse Governo não tem mostrado muita disposição para transparência e para trazer para cá os grandes problemas: COPEL, Renault, que nós gostaríamos de estar discutindo e participando enquanto representantes da sociedade.

Mas ao senhor uma segunda pergunta: o senhor disse que o Paraná perdeu e que esta Casa precisaria se preocupar com relação à diferença em que está sendo punida as empresas do Paraná quando adquirirem produtos aqui no Paraná em função da diferença do ICMS. O artigo 155 do capítulo do Sistema Tributário Nacional, se me permite, Sr. Presidente que eu leia, estabelece no inciso 7 em relação às operações de prestações que destinem bens de serviço a consumidor final localizado em outro Estado, "adotar alíquota interestadual quando o destinatário for contribuinte do imposto. Inciso 8º - na hipótese de alinear o inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente e a diferença entre alíquota interna e a alíquota interestadual".

Então não procede esta diferença porque a COPEL é obrigada a pagar e aí não tira o concorrente, o Romagnoli no caso, da disputa. Essa é uma questão que gostaria de deixar em função de ser um texto constitucional e eu aguardo a colocação com relação à parceria aonde não há uma rentabilidade como a de Caxias.

Obrigado.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - OK. Com relação ao último tema que você levantou, você tem razão, só que no caso específico do Paraná, houve um decreto que estabeleceu um incentivo àquelas empresas que ativassem produtos comprados no Paraná a não pagarem a diferença de...

Então, a COPEL, a contragosto, ou seja, não foi ela que determinou este dispositivo, a contragosto, era obrigada a estabelecer comparação dentro do que tinha. O produtor de fora destacava 12%, o produtor interno destacava 17% anteriormente por força deste inciso a COPEL teria que pagar. Pode ter certeza o seguinte, posso lhes assegurar que no Paraná esta se pagando e que houveram várias fábricas que estabeleceram e reinvidicaram isto daqui e agora foi corrigido em partes, primeiro para aquela do Romagnoli de que tinha uma concorrência de cinco milhões de dólares e que teve que se fazer uma adequação através de um decreto na última hora para não deixar a empresa paranaense sofrer e depois outras se sucederam, agora o Paraná dormiu no ponto, sem

dúvida nenhuma.

Bom, outro ponto. A primeira pergunta sua com relação a exemplos de parceria. A INEPAR está aberta a parcerias e tem pregado isso, talvez tenha sido uma das primeiras empresas privadas no Brasil, na área de energia e telecomunicações a propor parcerias e também a primeira a começar a realizá-las no País e na América Latina. Tenho aqui alguns exemplos de parcerias da INEPAR com as estatais internacionais, por exemplo, na Argentina nós temos parceria, veja bem, Furnas que é uma empresa estatal brasileira associada conosco para um projeto da CAMESA na Argentina. GECOR que é aquela que eu expliquei, de Córdoba, e a INEPAR mais os Sindicatos. Nova Central Independência é a INEPAR, Fatlyf e uma empresa estatal italiana que se chama Ansaldo. Equador: CEDEGE - Odebrecht - INEPAR + Voith + Siemens numa planta térmica. Na Iridium Sudamérica: STET + Motorola + Andes Caribes + INEPAR. Você veja em todas elas tem uma estatal. Então, a COPEL ao tentar fazer parceria não está inventando bolachinha nenhuma. Está atrasada em relação ao processo.

Nacionais: São Paulo - Subestação energética do Metrô mais OMTC mais ELETROPAULO; Rio de Janeiro, Iridium Brasil, é a INEPAR mais Fundos de Pensão mais EMBRATEL; Mato Grosso, Usina Hidrelétrica de Itiquira, INEPAR, Triunfo mais CEMAT e INTERGEN, que é uma empresa americana de produção independente; Santa Catarina, Usina Hidrelétrica de Cubatão E.D.F., Estatal francesa, ELETROBRAS francesa, CELESC, INEPAR e Odebrecht telefonia fixa rural em Santa Catarina, TELESC mais INEPAR mais Ericson, Fibra ótica e TV a Cabo, em Blumenau INEPAR mais TELESC; Pernambuco, Medição de baixo custo INEPAR mais CELPE; Ceará, Medição de baixo custo INEPAR mais COELCE; Minas Gerais, Medição inteligente, CEMIG mais INEPAR, Plantas de Telefonia Urbana Itauna, uma das primeiras de PCT que realizamos e nós fomos os ganhadores daquela licitação, é INEPAR, TELEMIG, Madze e mais uma empresa; Goiás, Planta de Telefonia Urbana INEPAR mais INTEL, mais TELEGOIÁS; no Brasil, P.C.N. a nível Brasil, é uma associação de interesse entre TELEBRÁS, INEPAR, MILICON, AT & T e Grupo Vicunha.

Isso são algumas das associações que temos e nós estaremos abertos em todas as parcerias, tanto com TELEPAR, tanto com SANEPAR, qualquer uma delas. Se nos for viável, dentro do processo legal e logicamente associados com outros, porque nós não temos bala para fazer sozinho, nós gostaríamos de participar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Senhor Presidente, Dr. Atilano, Senhores Deputados.

Na verdade nós teríamos dez perguntas para fazer, sei que o nosso tempo não permite. Agora, alguns até para esclarecer e tirar algumas dúvidas, seria importante. O Senhor é coordenador do Conselho Temático de Energia e Fontes Alternativas. Qual a finalidade desse Conselho? Seria uma delas. Só pergunto ao Presidente se eu poderia depois desta resposta, fazer mais algumas perguntas ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dentro dos minutos aí concedidos a cada Deputado...

O Sr. Cezar Silvestri - Então a primeira seria esta, Dr. Atilano.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - A Federação das Indústrias do Estado do Paraná desde que participo daquele Órgão, desde 1968, tem um conselho de energia funcionando. Na maior parte desse período, por força das circunstâncias de nós estarmos na área energética, uma das poucas empresas nessa área, nós sempre participamos desse conselho, às vezes dirigindo, às vezes como conselheiro principal, às vezes coordenador, às vezes como membro.

Recentemente, quando da posse do Carvalho, na Federação das Indústrias, ele dinamizou esses Conselhos e deu uma nova corporação a ele, formando Conselhos temáticos com grau de autonomia estruturalmente formados de tal forma que esses Conselhos fossem efetivamente os porta vozes irresponsáveis em cada uma das atividades que lhes competia.

O Sr. Cezar Silvestri - A questão de Salto Caxias é discutida nesse Conselho?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Claro, sem dúvida nenhuma.

O Sr. Cezar Silvestri - A formação do consórcio também?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Exatamente. O Conselho Temático, esse...

O Sr. Cezar Silvestri - Até, Dr. Atilano, se o Senhor me permitir porque de repente eu estava vendo o tempo, a sua resposta pode se estender e vou perder a minha oportunidade de fazer as outras perguntas, então, gostaria de continuar.

Quando da elaboração do consórcio, o Senhor como Presidente do Conselho e também como interessado na realização do consórcio, na participação do consórcio na sua empresa, foi levado em conta por exemplo, a questão de quanto vale o monopólio,

a concessão do setor energético, por exemplo, que a COPEL detém hoje o monopólio no Paraná, foi levado em conta isso na avaliação, para participação do consórcio?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Não foi, está sendo levado, é claro que a concessão tem um valor embora subjetivo, intrínseco que realmente vale, e a COPEL é cônica disso, tanto é que ao propor a associação, ela estabelece como condição básica para o consórcio que for licitar, que estabeleça que tipo de valorização ela teve, ela vai dar àquela concessão. Não propriamente só a concessão, mas quanto que ela vai valorizar a participação da COPEL na participação acionária, por exemplo, a ELETROSUL fez o seguinte, acho até mais fácil de examinar, ela abriu a licitação dizendo que quem desse a maior participação acionária sem a necessidade de por dinheiro ganhava a licitação, ou seja, eliminava a necessidade da ELETROSUL colocar dinheiro novo no negócio e decidia vamos dizer teoricamente por um item único.

O Sr. Cezar Silvestri - A questão das tarifas de transmissão também?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Tarifas de transmissão é outra coisa. O Conselho Temático então, o que que ele está fazendo. Tentando coordenar dentro de um princípio de total transparência, formação de um consórcio que tenha predominância de empresas paranaenses e que tenha de predominância de gastar a energia dentro do Paraná e digo porque. E vai competir com 20 ou 30 consórcios, ninguém garante que esse consórcio possa ganhar a concorrência, mas ele vai participar de uma licitação pública, sorte para o Paraná se esse consórcio ganhar, e se não ganhar o que vamos fazer? Ninguém é...

O senhor deixa responder aquela pergunta completamente, depois darei o aparte sem problema.

O que acontece nesse processo de licitação e na avaliação de empreendimento, é totalmente dependente das condições de mercado e etc.

Quem está entrando neste consórcio por definição do edital da própria COPEL são auto produtores de energia e produtores independentes de energia, numa fração estimada de 20% do total para auto produtores, ou seja, empresas que vão consumir o seu módulo energético e produtores independentes. Ou seja, empresas que através do consórcio via colocar à disposição do mercado, e vai oferecer aquela energia proveniente daquela empresa.

O Sr. Cezar Silvestri - Com relação as ações da COPEL, vi que o Senhor falava

que não somente a COPEL, mas a grande maioria das empresas hoje não conseguem vender as suas ações por mais do que 30, 40% do seu valor patrimonial.

Então, um questionamento que fica seria, logicamente essa pergunta não deveria ser endereçada ao Sr. mas, até aproveitando a sua amizade com o Governador, como o Senhor mesmo disse que tem, e que até poderia nos ajudar nesse sentido. Estou fazendo esta colocação, pelo seguinte: também tenho amizade pessoal com o Governador, não na mesma proporção que Vossa Excelência tem, mas houve um questionamento, sou Líder do PMDB e o nosso Partido se posicionou contrário a venda das ações da COPEL.

E a partir desse nosso posicionamento houve várias distorções inclusive por parte do Presidente da COPEL, partindo inclusive para a agressão dos políticos e tudo mais, e todos aqueles que não concordavam com a venda das ações.

Então, gostaria de deixar claro aqui, até para o Senhor tomar conhecimento, Sr. Atilano que a nossa Bancada nunca foi contra a venda das ações da COPEL e particularmente, inclusive votei na legislatura passada a favor da venda das ações, quando tinha um preço mínimo de 90%, o valor mínimo da venda das ações.

Logicamente, que nós concordamos que hoje, você não consegue vender por 90%. O que nós questionamos, e o que nós queríamos é que esse projeto tivesse vindo à Casa com mensagem do Governador, ou seja, o Governador manda uma mensagem para vender as ações da COPEL, reuni os Líderes dos partidos que dão sustentação, aliás, se reunisse todas as Lideranças, eu tenho certeza, de todos os Partidos Políticos, e dissesse o seguinte: "preciso vender as ações, tenho necessidade, tenho compromissos que assumi em campanha com obras sociais, e há necessidade de nós vendermos essas ações. Hoje o preço não está bom, principalmente, para dar contrapartida para empréstimos internacionais que esta Casa aqui aprovou".

Tenho certeza absoluta, que por unanimidade ele teria aprovado este projeto, mas não foi isso que ocorreu. O projeto não veio do executivo, teve vários desdobramentos a partir daí, inclusive, o que acabou nos preocupando, porque havia a falta de informações. Então, diziam o seguinte: os Deputados querem mudar a lei de mercado, eles querem instituir preço mínimo em ações, quando as ações se vendem pelo preço que está no dia.

A pergunta que faço, uma série de perguntas agora.

Primeira: o senhor coloca ações suas sem estipular preço mínimo no mercado?

Essa seria uma das perguntas. Outra



Outra pergunta: se o senhor como acionista da INEPAR, se o Presidente da INEPAR numa audiência pública, falasse que o valor patrimonial da empresa não corresponde com a realidade da empresa, que o balanço da empresa não espelha a realidade. O que o senhor faria com este Presidente, o senhor como um dos Diretores da empresa, o que o senhor faria com este Presidente?

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiramente com relação a transparência ou apresentação do projeto, efetivamente não cabe a mim responder, e não acompanhei o processo aqui dentro da Casa, então, teria dificuldades vamos dizer de estabelecer um parâmetro, vamos dizer, no julgamento das coisas.

O que posso lhe afirmar é que efetivamente o Estado sendo soberano, a Assembleia Legislativa soberana, quem decide os destinos do estado são os poderes Constituídos, quer dizer, o Estado pode perfeitamente através de um projeto do Executivo aprovar ou não, vetar ou não, e correr o seu destino. Quer dizer, pode perfeitamente por qualquer razão uma proposta de privatização ou de flexibilidade, não ser aceita na Assembleia e o negócio não caminhar.

Então, não é crime nenhum, em se propor e nem se vetar, quer dizer, no meu entendimento, vamos dizer, que não sou esperto nisso daí.

Agora no caso específico COPEL, eu permito-me uma opinião pessoal, sinceramente, talvez o termo a ser usado não deveria ser esse, eu acho uma idiotice ficar com 90% de preferencial e renovando o financiamento do Estado. Quer dizer, efetivamente não cabe na minha cabeça um plano de governo que não tenha uma certa realização de caixa em cima de um negócio que é viável você fazer caixa.

Acho perfeitamente normal o que o Estado fez com relação as ações que tinha da TELEPAR, devido as circunstâncias que tinha naquele momento e se antecipou em relação a vários outros Estados.

Hoje, no País tem 3 ou 4 empresas no setor de telecomunicações, inclusive, uma no Paraná a CERCOPEL lá de Londrina, que é municipal, está sendo encaminhada para a privatização. Então, depende muito da análise com relação a este seu ponto.

Agora, com relação ao balanço, sinceramente não tenho conhecimento suficiente para dizer de que balanço que você...

O SR. CEZAR SILVESTRI - Não, lhe dei como um exemplo. Se o Presidente da INEPAR, Diretor Presidente, numa audiência pública falando para todos os presentes, inclusive, para a própria imprensa dissesse que as ações da sua empresa, aliás, que o pa-

trimônio líquido da sua empresa que foi publicado nos jornais não é verdadeiro, e que o balanço que foi publicado também não reflete a realidade, não espelha a realidade.

E essa sua empresa tem ações da Bolsa, se ele desse essas declarações, qual seria a sua atitude?

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - A Bolsa é um instrumento extremamente sensível a informações que a empresa dê ao mercado. E a empresa se comunica com o mercado, através da publicação dos seus balanços, através dos seus resultados trimestrais e através de comunicações oficiais que ele publica. Não sei a que nível a afirmação tenha sido feita e por quem.

Mas, você me colocou como Presidente da empresa, fazendo uma afirmação. Então, vou me travestir dentro da INEPAR, posso dizer numa apresentação pública que o meu patrimônio líquido espelhado no balanço da empresa, não é totalmente real, porque não tem. Vamos dizer, os efeitos de uma correção monetária de valores reais do empreendimento, seja para baixo ou para cima, porque durante esses últimos 20 anos a legislação brasileira determinou determinados procedimentos com correção monetária oficiais e que às vezes, não espelham efetivamente essas variações para menos ou para mais.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Mas normalmente é para mais.

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - Não, tanto faz, nós temos um caso de uma das empresas do nosso grupo que é para mais, porque são patrimônios imobilizados que tem uma depreciação pela lei brasileira, sei lá, de dez anos, e na verdade são bens de informática e se depreciam em três. Então, aquilo lá fica na minha contabilidade com aquele valor corrigido, eu pagando imposto de renda, inclusive, é injusto tributariamente e não tem espelho da realidade.

Com relação a resultado, é pior no Brasil. Quando existia o efeito correção monetária, a pessoa que interpretasse um balanço em cruzeiros ou naquela moeda qualquer brasileira, deveria de ser um mágico. Porque efetivamente não haveria condições de interpretação daquele balanço. Agora, com o plano de estabilização econômica, o instrumento balanço começa a ser um instrumento de poder medir o desempenho.

Então, às vezes, qualquer um de nós ao fazer a apresentação de uma empresa, por exemplo, quando a gente conclui o balanço, normalmente o nosso diretor de mercado e eu mesmo vou fazer uma apresentação na



BAMEC (?). Então, quando a gente tem o número lá, a gente faz uma análise crítica daquele número. Por exemplo, nós fazemos provisão de imposto de renda. Então, o lucro, sei lá, dez milhões, provisão de imposto de renda, 4, 5. Olhem, meus amigos, esta provisão de imposto de renda, realmente não vai acontecer, porque a disponibilidade de caixa é dez mais isso e mais isso, o presidente isso, etc.. Agora contabilmente, pelas leis da Contabilidade, tem que fazer aquele procedimento contábil.

Então, existem no mercado todas as empresas de capital aberto: a INEPAR, a TROMBINI, a REFRIPAR, a COPEL, a ELETRO-PAULO, sempre têm que ter o bom hábito de ir a abameques, que a gente chama de abameques estas apresentações e fazer um espírito crítico.

Então, como às vezes o mercado conhece esse economês, determinadas afirmações para uma pessoa de mercado soam de uma forma e, para uma pessoa, às vezes, menos avisada, pode soar de uma forma completamente diferente. Duvido que presidente de qualquer empresa que eu conheço vá fazer uma apresentação e dizer textualmente que o balanço está errado, que houve algum erro contábil, ou qualquer coisa assim. O que eu acho e que qualquer pessoa pode ter dito, é fazer uma análise crítica desses números.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão inscritos para falar ainda os Deputados: Rosinha, Orlando Pessuti, Caíto Quitana, Luiz Carlos Alborghetti, Péricles de Mello, Toti Colaço e Algaci Túlio. O nível de inscrição está encerrado.

Fala o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Primeiramente, Sr. Atilano Oms Sobrinho, a CERCONTEL (?) era uma autarquia e ela continua estatal, mas de caráter de empresa mista. Ela não está sendo privatizada. É só para esclarecer. Eu teria alguns comentários, alguns deles, na abertura dos trabalhos, eu disse que esta Casa tem um caráter democrático de abrir suas portas para representantes da sociedade civil e aqui se manifestar. E isto é muito bom e esperamos que ela mantenha este caráter.

O Sr. compareceu aqui cumprindo um papel que a COPEL não tem cumprido. O Sr. deu mais esclarecimentos do que qualquer deputado aqui recebeu até hoje da COPEL. É bom que o Sr. saiba disso. Porque a administração da COPEL não comparece aqui, nem um secretário, e na hora de tentar aprovar qualquer requerimento, para que eles venham aqui, é derrotado pela bancada governista.

Um segundo comentário: na empresa INEPAR, o senhor agiu com alguma ingratidão, foi ingrato em relação ao PMDB. Colaborou tanto com a empresa e depois financiou a campanha do Jaime Lerner.

(Risos)

Acho que o senhor deixou a turma do PMDB sentindo essa ingratidão.

A INEPAR ou qualquer um do seu grupo econômico, tem alguma experiência ou participação concreta na área de eletrificação rural? Essa é uma pergunta. A outra: o Grupo INEPAR possui alguma participação acionária em alguma empresa estatal? Porque ali apareceram alguns trabalhos em conjunto, mas não se é acionária de alguma empresa estatal ou não.

Uma outra questão já casada a esta: a INEPAR ganhou uma licitação - acredito que seja isso - da TELEPAR, e depois houve problema com demandas judiciais, e entre essas demandas custou a queda e a quebra do sigilo bancário do Paulo Cordeiro. Então, qual a questão da TELEPAR envolvendo a INEPAR com essas questões?

Uma outra questão e última: tem a INEPAR algum interesse no sentido de privatização do Porto de Paranaguá?

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiro com relação a eletrificação rural.

A INEPAR, por forças das circunstâncias e por ter vindo de uma empresa que se chamava ENCO - acho que frisei no começo - era uma empresa na área de engenharia de instalações de fluxo elétrico, de sistema elétrico de uma forma geral, geração, distribuição, transmissão, até o fim. Então, fomos no Paraná a primeira empresa, vamos dizer, formada inclusive com uma ajuda brutal da COPEL, na área de eletrificação rural. Fizemos eletrificação rural aqui no Estado, mas não só no Estado do Paraná, depois migramos para Santa Catarina, Rio Grande, São Paulo e também no Centro Oeste brasileiro, talvez inúmeros quilômetros, uma distância realmente considerável. Em todo o Paraná praticamente tem linhas de eletrificação rural da INEPAR, inclusive lançando padrões novos.

Pelo fato de estarmos aqui no Paraná e a COPEL na época tinha um interesse muito forte em desenvolver tecnologia nova nessa área, por exemplo, a eletrificação rural em 33 kwts, uma fase em terra, a primeira feita no Paraná, foi pela INEPAR aqui na região do planalto de Ponta Grossa, numa região que era só pedra, efetivamente para poder testar a eficácia da linha. E temos praticamente no Brasil inteiro.

Essa área de eletrificação rural foi incorporada na INEPAR, aliás, incorporou na INEPAR a antiga ENCO, porque a ENCO era a mãe da INEPAR, depois a INEPAR cresceu mais aceleradamente e a INEPAR incorporou

a ENCO. Então, hoje ela é uma divisão de serviços na área de energia da INEPAR em todas essas áreas, eletrificação rural, subestação, transmissão e etc.. No caso específico aqui no Sul do Brasil, atuamos em geração, todas as usinas da COPEL e da ELETROBRÁS em transmissão, em subestações, construímos subestações até do sistema de 500 Kwts aqui, subestações de distribuição, subtransmissão, distribuição, eletrificação rural e medição. Quer dizer, atuamos de geração até a distribuição final.

A INEPAR não participa de capital de estatal, embora tenha algumas... por força de fornecimentos executados em algumas empresas concessionárias temos algumas debêntures, por exemplo, é o caso da CEMAT de Mato Grosso, como eles não tiveram recursos para nos pagar, e ao terem "debêntures" em carteira, pagaram uma parte em debêntures. Então, acho que a única participação que temos em empreendimento estatal, que me lembre.

Com relação a TELEPAR, praticamente estimulamos o Brasil nessa área de parcerias e na área de telecomunicações. E fomos uma das primeiras empresas contratadas pelo sistema TELEBRÁS para fazer essas tal das plantas doadas, que na época se fazia um investimento, fazia a implementação completa e depois fazia um ato de doação à empresa e recebia através da cobrança do usuário final.

Então, a primeira que fizemos foi em Itaúna, Minas Gerais, era um empreendimento pequeno. Depois fizemos em vários Estados da Federação, vou tentar me lembrar de alguns: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande, Goiás, Minas, Mato Grosso, entre outros.

No caso específico da TELEPAR: quando a TELEPAR passou a usar esse sistema que na época se chamava PAIDE, ela lançou um edital de concorrência que chamou de cores os vários pacotes: azul, violeta, branco, etc... e a INEPAR consorciada no caso específico com a Siemens que é a EQUITEL estabelecida aqui no Paraná e a FURUKAWA também do Paraná, montou um consórcio e foi a ganhadora de uma grande parte desses pacotes, juntamente com outros consórcios, tem mais quatro consórcios, mas o nosso pegou uma parte grande. No transcurso disso daí, houveram vários problemas. O primeiro deles, foi que o Governo Federal mudou a regra de jogo: ao invés de ser a totalidade advinda da venda do direito de uso da linha para o usuário, passou a ser até 1200 dólares receber do usuário e a outra parte da TELESOC.

Então, no caso específico desse consórcio, uma parte recebíamos do usuário final e outra parte da TELESOC, adveio um problema com a mudança da diretoria e uma determinação do próprio Tribunal de Contas

com relação a participação de uma empresa, FONESUL, que fazia a comercialização desses terminais mediante uma remuneração, um percentual. Essa contratação que foi inclusive feita pela TELEPAR, com base numa série de empresas classificadas, sofreu esse impedimento. Imediatamente a empresa TELEPAR acatou a decisão do Tribunal de Contas e transferiu para si a responsabilidade de comercialização. Acontece que por força da circunstância, da burocracia, ela demorou nove meses para começar a comercializar. E por força de deficiência de caixa também, ela postergou os nossos eventos físicos e recebimentos por um ano. Então ocorreu um atraso no processo, e esse processo depois teve o próprio PROCOM se envolveu no tema e montou-se um acordo no consórcio com o PROCOM, para entregar no prazo logicamente com base na argumentação que tinha havido uma deficiência de encaixe financeiro, tanto dos nove meses de atraso como de um ano de prorrogação da TELEPAR.

Isso foi aceito e nós estamos antecipado ao cronograma, praticamente 90% das linhas já foram entregues e damos conta disso todos os meses com o PROCOM. Então, esse é o contrato.

Porto de Paranaguá: o Governo Federal também, a exemplo de outras áreas de infra-estrutura, tem tentado ter mais participação privada em várias áreas. Um dos cancos do Brasil é exatamente a parte portuária, pelos custos de armazenamento, de transporte, etc...

Então houve uma definição bastante polêmica, de que os portos deveriam ter pelo menos uma parceria com o setor privado. No caso da INEPAR, nós tínhamos interesse em Antonina. A INEPAR e mais 10 empresas aqui, algumas do Paraná e outras de fora, no Governo do Álvaro Dias, primeiro fez uma proposta para ativar o Porto de Antonina. Inclusive o Prefeito na época nos ajudou bastante nisso. Acontece porém, como retardou o processo veio o Governo Requião. O Requião por definição era contrário a uma participação privada no Porto de Antonina, ficou aquela proposta, no Porto de Antonina. Agora recentemente, o Estado do Paraná fez um acordo com os holandeses se não me engano com relação a isso e nós não participamos, não fomos convidados, talvez até se fôssemos convidados poderíamos eventualmente ter interesse em participar. E nós definimos estrategicamente, porque achamos que nesses dois, três próximos anos, vão haver oportunidades na área de telecomunicações e energia muito maiores do que o estômago nosso. Então é um perigo crescermos demais.

Então, nós definimos, o Conselho determinou e nós temos que cumprir rigidamente isso de não fazer nenhum empreendi-

mento doravante e tentar inclusive desmobilizar alguns de outras áreas que não tenham ênfase nesta área. Então, em Parana-guá não temos nenhum interesse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência registra com satisfação a visita nesta Casa, em Plenário, dos Deputados catarinenses Wilson Vandall, Adelor Vieira, Neodi Sareta, acompanhados pelo Dr. Naor Macedo.

A Mesa congratula-se com os visitantes e coloca a Casa à disposição.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente os nossos cumprimentos aos Deputados Neodi Sareta, nosso amigo Wilson Vandall, Adelor, que é o nosso Secretário hoje de União Parlamentar Interestadual, que congrega todos nós, os Parlamentares do Brasil.

Neste momento já estamos caminhando para o final dessa reunião de trabalho que, certamente foi muito esclarecedora para todos nós. Gostaria de cumprimentar o Dr. Atilano, como paranaense que sou, nascido neste Estado, pela oportunidade que teve de começar nesta empresa como estagiário e chegar a presidência sendo, evidentemente, neste contexto todo, acompanhado, assessorado a participação de ilustres brasileiros e alguns paranaenses.

Quero dizer que, dentro dessa idéia de abertura da empresa às pessoas para que conheçam as instituições, há questão de uns dois anos atrás quando estava à frente da Presidência da Assembléia, fui num dos almoços com o Governador Mário Pereira, o Dr. Sabatella, pai da Letícia, engenheiro, se não me engano, não sei se ainda atua lá na INEPAR. Naquela oportunidade ele nos convidou e estendeu o convite aos demais Deputados para que, quando assim entendêssemos, fôssemos visitar a INEPAR. Infelizmente, no dia-a-dia, na correria política com as eleições acabamos por não visitar a empresa. Mas, quero cumprimentá-lo porque a INEPAR hoje, sem sombra de dúvidas, é uma empresa que extrapolou as fronteiras de Curitiba, do Paraná, do Brasil, é uma empresa que, hoje permite a nós nos orgulharmos por aquilo que ela traz no setor que atua com muita qualidade, sendo referência evidentemente para nós paranaenses, brasileiros.

Se nós hoje estamos comemorando a vinda da Renault para o Estado do Paraná, certamente em algumas regiões comemoração de igual qualidade haveria se a INEPAR fosse lá, colocar uma das fábricas, um seu estabelecimento. Então isso é fruto, evidentemente, do trabalho. Confesso que fui um

dos Parlamentares, já que na Presidência estava, ao lado do Deputado Anibal Khury, Hermas Brandão, Heinz e outros Parlamentares que, na ocasião, convencemos, de certa forma, o Governador Requião a colocar as ações da TELEPAR a venda para que nós pudessemos duplicar a Rodovia 376, no trecho Curitiba até a divisa de Santa Catarina.

E, naquela ocasião o discurso simples e, talvez simplório, que eu fazia ao Governador, é que, eu preferia este patrimônio que estava trancado num cofre em forma de ações, transformado num patrimônio, na forma de rodovia que pudesse dar condições a nós, paranaenses e brasileiros, de trafegar com mais segurança. Da mesma forma foi assim quando da proposta da venda das ações da COPEL vieram, também fomos favoráveis à venda das ações da COPEL. Naquela ocasião o próprio Governador Requião defendeu a tese de uma cláusula de barreira, onde se estipulava o valor mínimo para vender essas ações. E, é evidente que hoje a sua vinda aqui é em decorrência deste assunto, já foi dito aqui entendendo que o Deputado Vanhoni disse isso com muita clareza, que, aquilo que se comentava que as ações hoje estão sendo propostas a serem vendidas num valor liberado, porque isso permitiria algumas empresas brasileiras, paranaenses dentro as quais a INEPAR, adquirir num determinado momento, até o controle acionário da nossa empresa COPEL por um valor aviltante, um valor irrisório. Eu, em nenhum momento em ações dessa, iria responsabilizar vossa pessoa, vossa empresa, porque se as ações da COPEL são colocadas à venda, isso é iniciativa de um governo e passa por aqui.

Pessoalmente não estou convencido e gostaria que Vossa Excelência ajudasse nessa linha de raciocínio, não estou convencido que devêssemos vender as ações por um valor menor que 50% pelo menos. Lógico que gostaria que fossem vendidas por 100% ou até 200% seu valor patrimonial, como sei o comportamento de Vossa Senhoria quando propõe a venda das ações da sua empresa. Ainda não estou convencido.

Entendo que deveríamos, enquanto Governo, enquanto Assembléia Legislativa, desenvolver um trabalho com o apoio de Vossa Senhoria para que as ações da COPEL ultrapassassem a barreira de 50%, fossem além disso, e, aí sim, podemos transformar esse também patrimônio imobilizado na forma de ações lá dentro de um cofre, em obras importantes no Paraná, como a ampliação do Porto de Paranaguá, a construção da Usina Caxias, até casas populares, quem sabe poderíamos construir utilizando este dinheiro.

Então o apelo que eu faço a Vossa Excelência, com a amizade que tem e professo aqui com muita altivez, em relação ao

Governador Jaime Lerner, que possamos realmente sensibilizar o Governador no sentido de, ao invés de forçarmos a Assembleia a manter o seu veto, liberando o preço mínimo de venda das ações da COPEL, que façamos com que esse esforço todo seja concentrado no sentido de inalterarmos a nossa empresa, a COPEL, inalterarmos o seu valor patrimonial, o valor de suas ações e dessa forma podermos vender essas ações e transformarmos esse patrimônio, num imóvel, num patrimônio em benefício da sociedade.

E finalmente, esse é o apelo que faço a Vossa Excelência e gostaria que alguma consideração fizesse, ainda acerca desse valor mínimo dessa cláusula de barreira. Hoje e em muitas ocasiões se coloca a cláusula de barreira, até nas leis eleitorais.

E para discontrair um pouco, dizer que fiquei meio sentido com a sua posição, que não é partidária, realmente. O José Richa ajudou, João Elísio ajudou, Álvaro Dias ajudou, Requião ajudou, Mário Pereira ajudou, o Lauro Alcântara, o nosso Líder do PMDB, mandou uma carta e na hora de apoiar, não apoiou o PMDB.

O gerenciamento da empresa, todos eram do PMDB e Vossa Excelência diz que a empresa tem o gerenciamento no estilo do PT. Eu, como peemedebista, estou meio nervoso, senhor Presidente, e quero dizer o seguinte: essa sua condição de gerente lá, poderoso dentro da INEPAR, com apenas 6%, não dá para se vangloriar disso não. Na Assembleia Legislativa 100% das cotas aqui parlamentar. Nós somos em 54, se dividirmos 100 por 54, dá 1,8% para cada um. E o Anibal Khury, que tem esse 1,8% está exercendo aqui também a Presidência, com muita sapiência e qualidade há muitos anos. Então a INEPAR tem que aprender um pouquinho mais com o nosso Presidente Anibal Khury, neste aspecto "Presidir" com uma fatia muito pequena de participação acionária.

Era isso, e mais uma vez agradecer a visita dos nossos Deputados catarinenses.

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - Agradeço a preferência, e cobro novamente a visita a INEPAR, será uma satisfação recebê-lo lá.

Com relação a alguns pontos, vamos primeiro a parte da bricadeira PT e PMDB. Quero também deixar público aqui, que na época, por convite do Governador João Elísio, tinha um grupo que se chamava Grupo dos 13, que eram treze empresários, e na oportunidade eu coordenava estes treze empresários e tem um outro grupo que se chamava Grupo de Empresários de Curitiba, que congregava mais ou menos umas 50 empresas de vários setores altamente representativas.

Na ocasião o Governador João Elísio, numa reunião, nos pediu para que pelo menos escutássemos o Governador Álvaro Dias, porque na época o Jaime Lerner era candidato a vice do Alencar Furtado. E por amizade ao Jaime, embora ele não fosse candidato a Governador, iríamos com o Alencar Furtado, porque não conhecíamos também o Governador Álvaro Dias. Ele vinha do norte, tínhamos entrosamento ainda com ele. Então nós coordenamos uma reunião, e o Governador Álvaro Dias, na época candidato, foi extremamente brilhante. Confesso que foi uma das reuniões em que um candidato, não sei se por força da qualidade, da facilidade da expressão verbal e do estudo que ele fez sobre um documento que tínhamos feito anteriormente no Governo Richa, ele realmente nos encantou e nos sensibilizou. E prometemos uma análise dentro daquele plano que ele apresentou. Imediatamente após essa reunião, pela amizade que tínhamos com o Jaime, tivemos uma reunião na INEPAR, onde veio o Alencar Furtado e o Jaime Lerner, e foi dito claramente a eles que, infelizmente, daquela feita, íamos apoiar o candidato Álvaro Dias. E trabalhamos feito uns condenados para a eleição dele. E até contra um excepcional amigo nosso que é o Jaime Lerner.

Quando a decisão foi feita nesse caminho e por isso que admiro muito Jaime, também pela altivez que ele teve ao receber esse tipo de notícia. A amizade que tenho pelo Jaime um companheiro nosso tem uma amizade um pouco maior ainda pelo Jaime, não sei se ele admira o Jaime mais do que eu, mas certamente ele tem, por força de amizade da família, um vínculo maior, que é o Mário Celso. E o Mário Celso por várias vezes tentou até me convencer para estudar um pouco melhor o plano de governo do Alencar Furtado, quem sabe ele apresenta alguma coisa nova. Mas efetivamente, naquela feita, nós trabalhamos, dentro das nossas limitações. E quando dizemos trabalhar, somos de trabalhar mesmo. E não escondo aqui: somos competentes para fazer as coisas. Às vezes perdemos, às vezes ganhamos. Agora trabalhamos com amor naquilo que acreditamos. Não é dinheiro não, é força de trabalho.

E acho que não é crime nenhum o meu respeito a todos os membros de outros partidos que colaboram e que trabalham por seu candidato. Nós, também! Quando temos determinadas preferências por acreditarmos que os nossos ideais poderão ser alcançados por uma determinada pessoa, nós trabalhamos para ele. Trabalhei feito um louco para Afonso Camargo para Presidente da República, porque achava que deveria apoiar um paranaense. Lamentavelmente fomos infelizes. Nenhum Governador passou pelo Estado do Paraná que nós não tivéssemos feito

algumas propostas. Algumas delas foram aceitas, outras não. Por exemplo: o Requião atendeu uma solicitação do lado empresarial que achei extremamente inteligente. Foi a desburocratização e a isenção - em parcerias - com relação a tributos e a burocratização da nota fiscal quando tem produtos de serviços de industrialização.

Ou seja, tem uma determinada família que quer trabalhar para a INEPAR. Posso mandar um determinado componente para ela montar com outros e me mandar de volta para industrialização final. Se o imposto vai ser pago pelo final do produto é uma inutilidade ter toda aquela burocracia. O Governo do Requião é que eliminou esse dispositivo. Vários outros Estados também passaram por esse meio. O Governo do Requião, por exemplo, como eu disse, nos deu um estímulo fiscal que foi o melhor de todos e o maior que recebemos para colocar uma fábrica no Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Dr. Atilano, vou falar aqui em nome de 70 mil pessoas que votaram em mim nas últimas eleições, vou falar o linguajar caboclo do meu Paraná.

Não sou dado a ficar em reuniões como essa não. Seria muita hipocrisia da minha parte. Tenho que atender o meu gabinete e o meu gabinete é o gabinete da miséria e tenho então que estar lá. Não tenho tempo também para ficar em Sessão Solene, não sou ligado nessas coisas. Gosto do debate, dos projetos, gosto de ouvir a voz do Algaci, do Pessuti, do Toti, dos Deputados Jocelito, César Silvestri, Augustinho, Zé Maria, que fez um pronunciamento importantíssimo a respeito da Região Norte do Paraná, mas ninguém chuta cachorro morto, porque eu só ouvia falar da INEPAR, INEPAR, INEPAR. Não conheço o senhor, nunca o vi na vida, o senhor chegou me cumprimentou: "muito prazer, comovai". Eu falei: "Quem é?" "É o Dr. Atilano, o homem forte da INEPAR". Muito bem, aí chegou o Mário Celso, que conheço, tenho a satisfação de conhecê-lo nas minhas andanças, na última campanha, muito decente por sinal, e falei: "O que este homem veio fazer aqui hoje?" Aí o Deputado Anibal, como sempre, meu professor, baixinho: "Convidei para explicar o que é INEPAR". Falei: "Tudo bem". Aí eu saí, fui para o meu gabinete e comecei a ouvir o senhor falar, explicar o que é INEPAR. Aí começou me chamar a atenção, voltei correndo ao Plenário da Casa e estou aqui o acompanhando.

Não entendo o que o senhor veio fazer nesta Casa esta tarde.

Acharia que deveríamos abrir aqui um "momento econômico" na Assembléia Legislativa, para que todas as empresas paranaenses viessem aqui explicar o que realmente

estão fazendo pelo Paraná. Então nós temos que abrir este "momento econômico" dentro desta Assembléia. Trazer uma vez por mês aqui as empresas deste Estado para falar aqui o que elas realmente desenvolvem no Estado do Paraná, porque o que V.Sa. fez aqui neste telão, o senhor gera empregos, o senhor está acionado com várias estatais, várias empresas, o senhor, a INEPAR mostrou nesta tarde, neste Parlamento, para o Deputado Alborghetti, para os meus eleitores por que pagou para vir.

Então, V.Sa. nesta Casa hoje, provou que a INEPAR veio para somar ao Paraná. E não entendo, confesso ao senhor, que nas minhas andanças agora onde eu puder falar com o meu Governador - meu, porque votei nele, trabalhei para ele, é meu Governador Jaime Lerner - vou bochichar no ouvido dele: "Está na hora de chamar o Atilano para planejar o Paraná", ou "Está na hora de chamar o Atilano para ser Presidente da COPEL". Está na hora do senhor ocupar uma posição no Governo do Paraná, porque o Presidente da COPEL até hoje não falou para que veio, porque com todo o respeito, Deputado Algaci, conversar com o Presidente da COPEL me deixa louco da cabeça, fico louco, porque ele começa: nós fomos aqui, veio para lá, porque a atmosfera vem para cá, vem para os glóbulos vermelhos, desce para os glóbulos do Satanás, sobe para o anjo da guarda... não entendemos por que veio. Não entendi até hoje, porque na última reunião que tive com o Governador, até o Governador se irritou: "Fala Ingo, explica aí, diabo, porque nem sei falar para a minha empregada quanto é que custa, porque subiu o preço da COPEL". O próprio Governador falava desse jeito. V.Exa. sabe disso, quer dizer, é duro, eu próprio tive que apartear o Presidente da COPEL: "O que o senhor está fazendo que não colocou uma chamada na televisão para explicar o aumento, essa subida, essa descida, desse diabo dessa COPEL"?

Aí, no outro dia, graças a minha idéia apareceu aí um merchandising na televisão que também não gostei não, porque o trabalhador não sabe se subiu, se desceu, se é o DEA se é o FMI, quem é que aumentou lá em Brasília.

Só quero dizer a V.Exa. o seguinte: saio essa tarde daqui com uma satisfação em conhecê-lo. Sou Deputado, a minha vida nesse Parlamento é grande, comecei como Vereador e sou Deputado do Paraná porque tenho votos em todo o Estado do Paraná e tenho orgulho de dizer a V.Exa., e tenho mais orgulho de dizer ao Presidente deste Parlamento, meus parabéns por trazer nesta tarde, Deputado Anibal Khury, a INEPAR, para mostrar ao Alborghetti, para mostrar ao homem de televisão, líder no Estado do Paraná, e dizer que temos plantado no Pa-



raná uma das maiores indústrias geradoras de empregos do Brasil.

Seja feliz, que Deus o acompanhe.  
Muito obrigado.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Muito obrigado, Deputado Alborghetti por essas considerações. Sou forçado a lhe dizer uma coisa, talvez presunção: algumas delas nós merecemos efetivamente, algumas talvez, se me permite chamá-lo de você, uma amizade que nós queremos iniciar hoje e que seja perpétua, talvez tenha exagerado um pouco nos termos elogiosos à nossa empresa, também não estamos com essa bola aí que você está pensando. Mas efetivamente, é uma satisfação enorme para nós, sabermos que de alguma maneira, embora tenhamos limitações, não temos habilidade que os Senhores Deputados têm, porque falam nessa Casa todos os dias, às vezes temos receio de não ter habilidade suficiente para transferir aquilo que pensamos numa atividade empresarial meio complexa como a nossa.

Eu me dou extremamente por satisfeito em saber que o companheiro aprendeu um pouco do que seja a nossa empresa. É um grande marco, é um objetivo que nós alcançamos e fico extremamente satisfeito com isso. Quero lhe dizer também que, em respeito aos seus 70.000 eleitores, pode ter certeza que admiramos profundamente o trabalho que pessoas como você têm feito em prol da comunidade, aglutinando pessoas no sentido de fazer com que a sociedade constituída das obrigações de tocar este Estado, às vezes pense um pouco nos seus erros quando são apontados em programas, não só no seu mas como vários outros de televisão, rádio existentes no Paraná. Acho que os órgãos de comunicação apresentaram papel fundamental nessas mudanças que estamos enfrentando no Brasil, às vezes até apresentando um papel injusto, muitas vezes acusando quem efetivamente não devia. Mas neutralizados esses eventuais erros, o que sobra efetivamente é que nós devemos, à comunidade brasileira primeiro e depois à imprensa, essas transformações que estamos passando, quer dizer, nós lamentavelmente, por força de estarmos vivendo no nosso País, não sabemos quão profundas são estas transformações, porque estamos convivendo com elas todos os dias.

Por força das circunstâncias, de termos contatos com empresas internacionais, sermos forçados a viajar durante a vida nossa inteira para todos os países do mundo, você não sabe como melhorou a imagem do nosso País. Não por causa do Governo, de A ou B não, por causa da transformação que esta sociedade está fazendo. Aliás, o mérito maior não acho que seja do Presidente Fernando Henrique ou da sua equipe

de Governo, o mérito maior é nosso, da sociedade que começou a entender que quem tem que mudar este País somos nós e não só o Governo ou só os poderes constituídos. Quer dizer, a população brasileira está exercendo o seu livre e legítimo direito de fazer com que este País caminhe nos trilhos. Quer dizer, a verdade, a bem da verdade, nós empresários, vocês Deputados, os membros do Poder Executivo e do Judiciário, somos todos funcionários deste povo e devemos, de alguma maneira, esse dever - vamos dizer - de dar explicações sobre os nossos atos.

Por isso que disse aqui no começo, que não me sentia de forma nenhuma magoado por algumas colocações que alguns Deputados eventualmente tenham feito no passado com relação a nossa empresa, porque sei que foi desinformação, porque confiamos no trabalho que fazemos e temos certeza que as pessoas que vão nos visitar, que conhecem o nosso trabalho, neutralizam os nossos eventuais erros porque ninguém é perfeito, nós também erramos, mas tenho certeza que o saldo é positivo. Por isso que tenho, talvez, a presunção de concordar com alguns elogios que você faz à nossa empresa e o mérito não é meu. Quer dizer, nós temos um corpo funcional na empresa que sempre digo internamente é o melhor corpo do mundo. São pessoas que na verdade são amadores, não são profissionais. Eles lutam pela camisa, tenho orgulho de eventualmente estar dirigindo esse corpo funcional e momentaneamente, mas pode um outro me substituir, fazer o mesmo trabalho, porque as vezes digo para o meu pessoal o seguinte: com uma turma desta até eu, que não sou muito lá grande coisa, posso dirigir esse empreendimento e tenho certeza que qualquer um deles também pode.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Dr. Atilano, queria cumprimentar o Senhor, pela simpatia, boa vontade que veio aqui na Assembléia, até essas horas, respondendo todas as questões. Na verdade, nós da Bancada do PT, tínhamos sido alertados já pelo nosso advogado, Guilherme, que conhece o senhor da Universidade, dizendo da sua personalidade, de discutir sem medo as questões todas. Então, o cumprimento por isso.

Mas, Dr. Atilano, o senhor sabe que, pela tradição do nosso País, o senhor há de concordar comigo, sempre que houve um vínculo muito forte, o Estado foi um agente, foi privatizado de verdade por interesses particulares. Nós temos a responsabilidade, como Deputados, de discutir questões que dizem respeito ao Governo do



Paraná. Chamou-me a atenção algumas colocações de sua parte: o senhor falou muitas vezes da taxa de retorno, entendo que o empresário não busca gerar emprego, pode até gerar, mas ele busca lucro mesmo, essa é a lei, o sistema tem de dizer isso, taxa de retorno. Mas chamou-me a atenção o seguinte: o senhor disse que a empresa não tem interesse em investir, em comprar ações da COPEL, porque a taxa de retorno é muito baixa, mas ao mesmo tempo tem interesse na construção de Salto Caxias, porque provavelmente a taxa de retorno é alta.

Agora, não existe uma relação entre a taxa de retorno de Salto Caxias e a taxa de retorno da COPEL? Acho que esta é a questão central. E alguns Deputados levantaram isso num debate sobre a COPEL. - É evidente que, de repente se constrói uma usina hidrelétrica que vai ter alta taxa de retorno e se uma empresa é responsável por ela, a tendência natural é que essa empresa também seja valorizada.

Então me parece uma contradição, quando o senhor coloca nesses termos. E uma das preocupações que colocamos foi exatamente essa, se contrói uma nova empresa que vai dar alta taxa de retorno, pode ser que a COPEL seja valorizada.

Então, chamou-se atenção quando o Deputado Romanelli, tenho uma visão da COPEL como visão social, não acredito sobre uma tendência que não acredita que o mercado tenha um valor absoluto, acho que uma empresa quando se trata particularmente de monopólios naturais, no caso de energia elétrica, porque não há competição entre energia, não é em termos, não há duas possibilidades para mim, enquanto consumidor de energia, quer dizer, é muito relativo, se houver vai custar mais cara. É como o ônibus, não adianta passar dois ônibus na minha casa, porque se ficar dois ônibus passando vou pagar mais caro o ônibus que eu pegar, então é monopólio natural também.

E nós sabemos que sempre existiu, quem for Vereador em qualquer cidade desse País, sabe o que um monopólio faz, o monopólio privado, com relação ao Estado, caso típico das empresas de ônibus. Então veja, se a empresa começa a investir, os monopolistas que garantem lucratividade certa, e isso me preocupa um pouco, daí a nossa preocupação em pesquisar, averiguar, fiscalizar com profundidade esse tipo de relação. Então gostaria que o senhor esclarecesse para nós esse ponto de vista, com relação a taxa de retorno Salto Caxias, taxa de retorno COPEL e também o papel social que entendo como hidrelétrica, e por isso conta a privatização da COPEL, por isso, porque o Estado deve atuar com redistribuição de renda num País com tanta

desigualdade como o nosso.

Mas também quero lhe fazer uma pergunta: ontem, o Deputado Carlito, nosso colega de Florianópolis, nos trouxe um informação de que a INEPAR participou de uma licitação para construir a rede de energia elétrica, e a Bancada do PT, mais alguns Deputados anularam a licitação, a INEPAR ganhou a licitação em Santa Catarina e foi anulada essa licitação, porque havia exigências nela, como Certificado para Empresas que participassem do ISO-9000 e um capital social de cinco milhões de reais, o que impediu que várias empresas pequenas de Santa Catarina participassem do processo licitatório para construir essas redes de energia elétrica. E há um processo na justiça nesse sentido, parece que foi anulada a primeira concorrência e na segunda a INEPAR perdeu o preço mínimo lá para a outra empresa, não me lembro o nome agora.

Gostaria que o senhor nos respondesse, se o senhor acha que há motivos técnicos que devem ser respeitados para que, numa licitação para construção de rede de energia elétrica, o Estado coloque exigências, como Certificado ISO-9000 e cinco milhões de reais. Acho que devemos pedir esclarecimentos para o senhor também, se o senhor quiser nos responder, é claro. O senhor está aqui por sua livre e espontânea vontade, porque também o Governador Paulo Afonso recebeu recursos financeiros da INEPAR na sua campanha.

Obrigado.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiramente, com relação... Bem, vou começar pelo final. E, depois, se por qualquer eventualidade, eu deixar de responder alguma pergunta sua, por favor, me avise.

Com relação a essa concorrência, a licitação é de um programa de eletrificação rural do Estado de Santa Catarina, mais ou menos muito parecido com aquele encetado pela COPEL, o do Clic Rural, quando o presidente da COPEL era o Ari Queiróz, aqui no Paraná. E efetivamente nós nos candidatamos. Houve, se não me engano, trinta ou quarenta empresas que retiraram o edital. E, na verdade, não é que a licitação foi cancelada. Houve uma interrupção no processo licitatório, com base numa argumentação de que primeiro, alguns itens do edital - e você colocou dois deles, pode ser que tivesse outros - poderiam ser abrandados para que um universo maior de empresas pudessem participar. O que acho legítima essa postura, vamos dizer, da CELESC. Foi refeita a licitação e, infelizmente, nessa vida se perde e se ganha. E ganhou - não me lembro de que Estado, me parece que é de São Paulo - a empresa. Para você ter uma idéia, é uma concorrência, se não me falha a memória, perto de cem

milhões ou cento e poucos milhões de dólares. Nenhuma empresa, se tiver menos de cinco milhões de dólares, acho uma loucura do Estado que contrate um empreendimento de cem milhões a uma empresa. Acho pouco capital, porque a demanda de capital de giro disso é brutal. Sabe por quê? Porque você recebe de acordo com medições. Então, você tem que comprar equipamento, fazer a implementação. Então, você precisa ter fôlego para enfrentar um empreendimento de cem milhões.

Eu, sinceramente, não conheço sucessos em contratação de obra dessa magnitude, com empresas que não tenham o mínimo de respaldo de capital para esse tipo de empreendimento. Vamos admitir que fosse uma concorrência viciada, só por hipótese, - o nosso capital, vamos dizer, capital nominal: cem milhões de dólares. Então, eu colocaria noventa e nove e não cinco. Porque cinco milhões, a empresa que não tiver cinco milhões de capital, numa concorrência dessas, não pode se qualificar mesmo.

Com relação ao problema do ISO-9000, o critério de colocar-se ou não essa exigência, cabe muito a uma decisão de fórum, de filosofia da empresa, com relação a qualidade total. Por exemplo, em obras da INEPAR, por força dessa mesma certificação, nós somos forçados a ter um processo de qualidade assegurada em todos os níveis.

Então, os nossos sub-fornecedores têm que obedecer determinadas regras de jogo, que tenham uma certificação de qualidade, nem sempre ISO-9000. Em alguns produtos, por exemplo, turbina: nós não compramos para turbina para uma usina nossa de uma empresa que não tenha Certificação ISO-9000. Passou a ser a Certificação ISO-9000 um carimbo, vamos dizer, de acesso às licitações.

Várias empresas, principalmente privadas brasileiras, passaram a exigir isso daí, normalmente seguidas pela PETROBRÁS, que começou o processo, e aí várias concessionárias - e a CELESC é uma delas - exige ISO-9000 para vender medidor nosso, quer dizer, medidor de energia que custa 40 dólares, só para vocês terem uma idéia, nós temos que ter uma certificação de qualidade para poder vender para ela, a ELETROPAULO também.

Então, não é uma coisa absurda pedir isso daí. Até confesso para você que se houver uma coordenação tecnológica na implantação por parte da CELESC, uma engenharia, uma equipe de engenharia seguindo o procedimento, um plano desse pode ser perfeitamente implementado por uma empresa de porte que tenha mais do que 5 milhões de dólares, mas que eventualmente não tenha a certificação ISO-9000, porque o grau

tecnológico talvez não seja tão... Agora, também o que eles não podem é destruir a sua regra de jogo para determinados portes de concorrência, porque se não em cada concorrência eles vão ter que julgar um procedimento.

O SR. PÉRICLES MELLO - Com relação a taxa de retorno de Salto Caxias e as ações da COPEL.

O SR. ATILANO OMS SOBRINHO - Aliás, essa pergunta acho extremamente pertinente, e tem sido, na nossa avaliação, um dos aspectos principais para analisar o empreendimento.

Eu disse aqui no começo, que achava que a COPEL era uma empresa excepcional e cheguei a dizer um péssimo negócio - você deve estar lembrado - no começo. A minha ênfase nisso é o seguinte: a empresa como ela está, está estruturada em termos de engenharia financeira, faz com que o negócio seja mal, embora, seja uma empresa excelente, ou seja, a COPEL para ter níveis de taxa de retorno aceitáveis pelo mercado, tem que obrigatoriamente reduzir o seu nível de ativo permanente e aumentar o seu nível de faturamento. Isso só se dá via parceria em outros negócios, não só no Paraná, e parcerias em novos empreendimentos para ir gradualmente diminuindo o seu ativo permanente.

O SR. PÉRICLES MELLO - Acho que essas questões são importantes. Veja bem, o senhor supõe o seguinte: que a empresa retira capital para investir em outros empreendimentos mais rentáveis, mas alguém vai investir em seu lugar o capital que ela retirou, investimento pouco rentável. É uma contradição, porque veja bem, o senhor está supondo que a empresa retira capital para ir para São Paulo investir para ter lucro, mas outro capitalista vai investir nela por quê?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Bom aí é que entra o problema, esse que é o "x" da questão.

É o nível de engenharia financeira e o "Leverage". Um empreendimento como Caxias continua sendo um ótimo equacionamento e um péssimo negócio, por exemplo, se fizer tudo com capital. Não dá retorno, porque capital - para você ter uma idéia - uma empresa - é incrível mas esses dados aqui deveriam ser sempre analisados pela Assembleia Legislativa. É incrível mas é verdade. Quanto é que você pensa que faturaria Caxias por ano?

O SR. CEZAR SILVESTRI - Qual o faturamento da COPEL?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - A COPEL: 800 milhões.

O SR. CEZAR SILVESTRI - 800 milhões? Teria que ser aqui uns 200 milhões, nem isso.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Bom o caso é o seguinte: você vai investir só de capital, 1 bilhão de dólares, para faturar, a verdade, vamos dizer, se fosse a tarifa que a COPEL tinha calculado a 20 dólares o Megawatts, e é um fator de carga de 50, ou seja, 500 megawatts x 8000 horas, daria 400, que a 20 dá 80 milhões de dólares.

Se esse empreendimento, se tiver uma alta alavancagem como é feito nos Estados Unidos, no mundo desenvolvido, você pega 20% de capital e pega 80% de financiamento, o "Leverage". Ao pegar o "Leverage" de financiamento de 80 que você remunere, vamos dizer a 7, 8% para pagar ao banco, o dinheiro que você põe, o resultado total é de 20% e não de 100. Então, em outras palavras, tocar do jeito que o consórcio vai propor tocar, eventualmente se ganhar Caxias, ele vai pôr 200 milhões de capital, 800 milhões de "Leverage". Ou seja, se o lucro dessa usina for 20% dá mais até, porque é geração, se for vinte milhões por ano, contra 200 milhões de Capital, é 10% de taxa de retorno. Agora, se for por um bilhão, dá 2%.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Atilano e Srs. empresários.

Confesso que também passei a conhecer a empresa hoje mais de perto. Quero inclusive reconhecer a boa vontade do Dr. Atilano de estar aqui presente até as 18:30, são 4 horas em pé, explicando com muita paciência a todos nós Parlamentares que representamos o povo do Paraná aqui na Assembléia.

Quero cumprimentar também o Deputado Anibal Khury pela idéia de trazer aqui o representante maior dessa empresa, que ao meu ver orgulha o nosso Estado.

Me permita fazer aqui o seguinte: uma pergunta, seria uma contestação, mas uma não concordância de minha parte em razão evidentemente dos meus poucos conhecimentos de economia, e também de um apêlo, um pedido. Então, são três questões que gostaria de falar com o nosso ilustre visitante, Dr. Atilano.

Primeiro, gostaria de fazer a pergunta, porque já fico livre da pergunta. E deixar claro também a todos os presentes, os empresários que nos honram com a sua

visita até o presente momento, dizer que a Bancada do PMDB, continuará insistindo para que sejam feitas as vendas das ações da COPEL. Porém, que seja considerado pelo menos o preço mínimo de 50% do seu valor patrimonial. Deixar claro isto, para a Presidência, para o Senhor que é um grande empresário, para os demais empresários que aqui estão presentes. É um posicionamento da nossa Bancada. E nós vamos lutar por isso, conforme já disse o Deputado Orlando Pessuti, os demais companheiros de Bancada que já tiveram a oportunidade de falar até o presente momento.

Primeiramente então a pergunta: o senhor havia dito que a COPEL pelo valor do patrimônio líquido hoje não é um bom negócio, o senhor afirmou isso diversas vezes. Então eu lhe perguntaria nesse instante: pelo valor que as ações estão cotadas em bolsa hoje, passa a ser um bom negócio? Esta é a pergunta.

Segundo, seria a não concordância, seria uma contestação ao meu modo de colocar. Quando o senhor colocava e fazia uma exposição através dos slides a respeito da lucratividade da sua empresa, comparando com a lucratividade da empresa COPEL gostaria de parabenizá-lo pela lucratividade da empresa, com um capital de 120 e um lucro de 400. E a COPEL, com um lucro de 4 bilhões e meio e uma lucratividade aí de 800 milhões. Então não concordar apenas dizendo que a empresa pública a sua finalidade precípua não é o lucro, o empresário vê antes de mais nada as suas viabilidades econômicas, vê o lucro na frente. Primeiro ponto de vista, é o lucro no final do mês, no final do ano ou no final das décadas.

É o primeiro ponto. Empresa pública tem que ver o lucro também, tem que visar o lucro, senão ficaria que nem um Banco Econômico, que nem um BANERJ, BANESPA, e tantos outros Bancos que estão aí, quebrados, estão indo à falência e o Governo Federal colocando dinheiro lá. Isto está totalmente errado, está totalmente contrário aos interesses do nosso povo, do nosso País, inclusive acredito, dos interesses do senhor como empresário. Então, automaticamente a empresa pública também tem que gerar lucro, caso contrário, seria um Banco Econômico a nossa COPEL hoje. Porém, ela exerceu e exerce, tem um papel dentro do desenvolvimento econômico e social do nosso Estado incalculável.

Fui Prefeito de Irati em 1983/1988 e tive a oportunidade de ver a COPEL estender a rede de energia elétrica numa etapa só, numa sede que dá 70 Km do município, praticamente a custo irrisório, onde o colono agricultor pagava ali a sua conta de luz, vinha a sua conta debitada. A troca-troca recentemente, à troca de milho, à

troca de feijão e assim por diante. Então, a COPEL, a empresa pública tem que ter lucro, mas também tem que ter esta função social.

Por último, o Dr. Atilano afirmou por diversas vezes que é amigo pessoal do Governador Jaime Lerner, reafirmou e confirmou há poucos instantes, então fica aqui dois pedidos: interceda junto ao Governador Jaime Lerner para que traga de volta o Programa "Bom Emprego Industrial", para levantar o desenvolvimento do nosso Estado, a exemplo que as palavras aqui ditas hoje, se valeu deste programa também a sua empresa, inclusive algumas empresas nossas, para salvá-las hoje.

Então, pedir para que o Governo volte com o programa "Bom Emprego", porque é importante para o Paraná. E o último é que no momento que o senhor for expandir as suas empresas, o senhor possa, a exemplo de Ponta Grossa, também escolher a minha querida Irati, terra fértil, povo trabalhador, o município que aguarda ansiosamente a descentralização. Londrina também, mas Londrina já é forte demais, precisamos fortalecer Irati colocando lá uma das suas filiais e o povo de lá agradece.

Muito obrigado.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Com relação aos pontos que você colocou. Primeiro, o lucro você mesmo já destruiu a minha resposta, porque eu concordo em gênero, número e grau. Quer dizer a empresa pelo fato de ser pública ou privada tem que ter lucratividade, até para sustentar o seu desenvolvimento, e qualquer empreendimento tem que ter longividade. E, longividade sem lucro inexistente.

Com relação a responsabilidade social veja bem, é uma opinião pessoal mas tenho discutido este tema com alguns empresários e acredito piamente que existe um paradigma errado nas nossas considerações com relação a responsabilidade social. Vou usar, talvez um exemplo que não deveria, mas, como nós estamos todos entre amigos acho que merecia ser citado, pelo menos. Conheço um monte de empresas, um número muito grande de empresas privadas, que têm uma responsabilidade social muitíssimo maior do que as empresas estatais brasileiras existentes no País.

Eu tomaria a liberdade de dizer que nenhuma empresa estatal dá os benefícios que damos para os nossos funcionários, nem mantém a fábrica limpa, nem dá assistência social, que nós damos. Não dá assistência médica que nós damos. Então não é monopólio de empresa estatal, o bom atendimento e responsabilidade sociais. Sustentamos empreendimentos de educação, cultura, treinamento, capacitação, creche. Todos os programas sociais desenvolvidos pela comu-

nidade paranaense, nós participamos. Ajudamos os hospitais. Não tem programa social em que nos convidam para participar que nós não tenhamos participação.

Por outro lado esse é o exemplo que eu quero citar: "houve um caso de uma entidade que estava recuperando viciados em drogas, no Paraná. Um ex-pastor tocava esta atividade e nós precisávamos de alguma maneira sustentar por algum tempo aquela iniciativa, porque achávamos uma iniciativa brilhante. Convidamos alguns empresários, e alguns, as vezes na impossibilidade, ou não no não entendimento do mérito to daquele pleito, recusaram. Outros aceitaram.

E esta empresa precisava de dois telefones. Para quem que se pede dois telefones? Para TELEPAR. Ela oficialmente negou. Precisava de luz de graça. Para quem se pede luz de graça? Para COPEL, também negou.

Então meus amigos, se levamos este paradigma muito para frente, temos que primeiro examinar se efetivamente as empresas estatais estão cumprindo com as atividades sociais para com o Estado, ou se para somente com os seus funcionários. Não há dúvida nenhuma, que a PETROBRÁS cumpre extremamente bem as suas atividades sociais, em remuneração, de Previdência etc., de seus funcionários. A custa de quem?

Agora queremos saber, efetivamente, se não está no Estatuto, porque a desculpa da entrega do telefone de graça. É porque no Estatuto da TELEPAR, está lá claramente, que ela está impossibilitada pela diretoria de dar telefonia para quem quer que seja, de graça. Porquê puseram aquilo? Porque Entidade Pública, muitas vezes, usa do seu poderio para dar presentes para quem não deve. E fez isso. Daí mostrei para o Diretor, naquela ocasião, o estudo, que depois agora no Governo Fernando Henrique, foi feito, com relação ao subsídio da telefonia, para pessoas de baixo poder aquisitivo.

Vocês sabem que se montou um processo, no Brasil, em que? Aliás nós discutimos, o Vanhoni deve lembrar - Vanhoni, você deve estar lembrado que nós discutimos com o Lula. O Lula até ficou de mandar um pessoal de telecomunicações para conversar. Bom, e nós mandamos para o Lula, um demonstrativo em que, por força das circunstâncias e da responsabilidade do Governo, dar telefone a todos. Eles estabeleceram um alto subsidiamento na tarifa urbana, pois tarifa urbana no Brasil, é 15, 20 vezes mais barata do que a tarifa urbana no mundo internacional. Para cobrir este déficit, eles aumentaram a tarifa interurbana. Então, a nossa tarifa interurbana é duas vezes mais cara do mundo mo-

dermo e tiveram que aumentar a tarifa internacional para 4 ou 5 vezes o preço internacional.

Tudo bem. Aí nós fomos medir. A única coisa que fizemos foi o cálculo aritmético, porque nem é matemático, somar todo o subsidiamento dado. Porque eles achavam que tinham subsidiamento da classe E, D, e parte da C. Então a A, B, C. Parte da C, tinha que pagar pelo subsidiamento das outras classes. Aí a pergunta é a seguinte: - quem da classe E têm telefone? Esta está eliminado. Quantos da classe D têm telefone? Uma pequena parcela. E quantos da C têm telefone? Isso é muito importante, Presidente. Daí nós medimos e dava um subsidiamento de um bilhão e poucos por ano. Sabe quem está sendo subsidiado? Eu, ao telefonar para o Mário Celso. O Anibal, ao telefonar para mim. A INEPAR, ao telefonar para a TELEPAR. A TELEPAR, ao telefonar para a COPEL. O Fernando telefonar para um outro Deputado, Porque esse é o pessoal que usa o telefone. Então, 95% do subsídio, a Telecomunicações que dá 900 milhões de dólares, por ano, é um crime, porque está sendo subsidiado. Para mim, que não pedi, para você que não pediu, para o Romanelli que não pediu. Porque nós também fazemos ligações interurbanas.

Somente depois de 20 anos que se descobre um negócio desses nesse País. Por isso que eu digo, que as transformações que estão existindo neste País, são extremamente importantes. E a sociedade é que está fazendo estas transformações, porque a sociedade que levou este "imput" ao Governo, que fez os estudos e que está tentando consertar. No caso da energia, esse problema de aumento de 300%, 400% em parte é isso. E um dia que tiver tempo, me coloço à disposição do Presidente da Casa para vir aqui e mostrar para os senhores alguns crimes cometidos na área de telecomunicação e energia, que ainda perduram hoje, e que são crimes sociais. Porque de injustiça social é que nós da sociedade deveríamos estar propugnando uma solução para isso. E acho que este é o nosso papel. Somos privilegiados na sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Presidente Anibal Khury, queria apenas parabenizar o Dr. Atilano, parabenizar a INEPAR. E dizer que havia, Dr. Atilano, uma expectativa que o senhor fosse trucidado aqui, hoje, e, de repente, o senhor chegou aqui e mostrou um jogo de cintura extraordinário. E mais do que este dom que Deus lhe deu no sentido de saber se comunicar bem, o senhor mostrou no vídeo uma coisa de extrema importância, que é, além da competência dos di-

retores e funcionários da INEPAR de realizar majestosas obras de grande interesse para o País, o senhor mostrou aquilo que quase todos os Parlamentares - e quem sabe todos os Parlamentares com assento nesta Casa - pregam, que é a melhoria da qualidade de vida no nosso povo.

Então quando vi aí salário médio na faixa de 1.500 reais, vejo que esse salário é salário de primeiríssimo mundo. As vezes conversamos com americano que ganha lá 700, 800 mil reais, mil e pouco reais por mes, ele acha que está numa faixa até razoável. E a nível aqui de Brasil não precisa nem dizer, porque acho que milhões de brasileiros gostariam de ter a oportunidade de trabalhar na INEPAR, porque além do salário muito bom, há também a outra parte de atendimento social para seus empregados.

Então queria, como Deputado, parabenizá-lo. Foi uma grande tarde. Saio da sessão de hoje sem nenhum receio de ser um grande propagandista da INEPAR. E é bom que se diga, para que não haja dúvida, sem nenhuma remuneração. E propago o caso da própria Viação Garcia em que conversamos com os funcionários e eles dizem do orgulho que têm de trabalhar naquela empresa.

Então, como é bom saber que está aqui, no Paraná, uma empresa, comandada pelo senhor, pelo Mário Celso Petráglio e por outros diretores. Uma empresa que além de fazer obras importantes, tem um grande respeito pelos funcionários.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio, último orador inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, companheiro Atilano, demais Diretores da INEPAR, Senhores Deputados.

Primeiro quero fazer aqui, em nome do Prefeito Rafael Greca de Macedo, uma comunicação à Casa. O Prefeito mandou ao Presidente da Casa o seguinte Ofício:

(Lê):

"Senhor Presidente da Assembléia, Senhores Deputados

Através da presente moção de apreço, em meu nome pessoal e no de todos os curitibanos, manifesto o reconhecimento da Prefeitura da Cidade de Curitiba às empresas do Grupo INEPAR, geradoras de 2 mil empregos indiretos na Cidade Industrial de Curitiba.

São empresas que aliam a tecnologia de ponta à mais moderna prática de administração de pessoal, verdadeiro sinal da qualidade de vida satisfatória a todas as sociedades desenvolvidas.

As fábricas - verdadeiro modelo de



limpeza e organização - superam em muito plantas industriais que este Prefeito conheceu na Europa ou no Japão.

Na Cidade Industrial de Curitiba funcionam, inclusive 2 liceus de ofícios onde a visão pública dos dirigentes da INEPAR se associa aos programas municipais de educação para a Cidadania, permitindo que aprendizes saídos de bairros muito humildes tenham acesso à carreira técnica com capacitação prévia.

O grupo tem sido ainda, por diversas vezes, parceiro da Cidade, seja em programas de difusão e popularização da Cultura, seja no programa Vale Creche, nas Linhas de Ofício e de Conhecimento, ou ainda na instalação das primeiras bibliotecas de fábrica - que funcionam em confortáveis salas de estar no recinto de produção decoradas com réplicas de pinturas paranasistas.

Se tivéssemos dezenas de múltiplos de empresários semelhantes ao Senhor Atilano de Oms Sobrinho e seus sócios certamente nossa realidade industrial seria ainda mais pujante e mais próxima aos ideais de justiça social que todos aspiramos.

Impedidos de comparecer à Assembléia para manifestação pessoal credenciamos nosso Secretário de Indústria e Comércio, Doutor Antonio Caron para fazê-lo em nome do nosso governo e do nosso povo.

Saudações curitibanas, com distinguido apreço.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO  
Prefeito

Dado no Paço 29 de Março, aos 20 dias de março de 1996."

Faço esta manifestação, associo-me totalmente às palavras do Prefeito, que conheço também todo o trabalho feito pela INEPAR, pela sua Diretoria e o tratamento que é dado exatamente aos funcionários. É um exemplo que nós temos para o Brasil.

Faço aqui um protesto ao mesmo tempo agora, porque ouvindo a sua preleção de quase cinco horas, Vossa Senhoria fala muito em PT. Bem que poderia ter um pouquinho de PDT, já que o grupo INEPAR é tão amigo do Prefeito, do Governador Jaime Lerner. E até estranho que o Rosinha tanto questionou a questão da INEPAR aqui nos debates anteriores e o Atilano tantas vezes falou: "lembra Rosinha, você esteve naquele debate, você esteve naquele debate, e o Deputado Vanhoni"... (Conversas Paralelas) tudo o mais. Foi o que mais questionou a questão da INEPAR aqui nesta Casa. (Conversas Paralelas).

Então, este é um protesto que eu faço, poderia ter um pouquinho de PDT nessa INEPAR também. O que tem muito lá é atletismo e o que é lamentável para nós paranasistas e para os coxas brancos também.

Mas quero dizer que já comuniquei ao Governador que a sua vinda hoje aqui traz seriíssimos problemas para o Governo do Estado. V.Exa. aqui foi muito elogiado, foi muito cumprimentado, foi muito badalado, já vai levar ao Governador, já telefonei ao Governador agora há pouco e falei: "olha, o Atilano veio aqui, deu uma aula de economia, deu uma aula de conhecimento geral do Estado do Paraná, e só não vai ser eu Secretário porque evidentemente não vai largar esta grande empresa que é a INEPAR, mas certamente vai lhe dizer que pediram para o senhor trocar o Presidente da COPEL". Causa um problema seriíssimo para mim também, inclusive, mas isto, evidente que não vai acontecer, mas quero dizer que ficamos satisfeitos, felizes, sabíamos de antemão já da sua capacidade, inteligência, que viria aqui explicar com toda a tranqüilidade. E primeiro lugar, a lealdade com o Governador Jaime Lerner, que é a lealdade que também temos com esse Governador, com este homem que tem feito a modernização na cidade de Curitiba e vai fazer no Estado do Paraná. Passei isto ao Governador e ficou muito feliz.

De forma que, Atilano, o que o Deputado Alborghetti falou, na hora em que ele souber que o seu hobby preferido é ficar, no fim de semana brincando com microfone de rádio amador, fazendo um trabalho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que um homem, empresário da envergadura do Atilano, com toda essa parafernália de cuidar de finanças e de empregados e tudo o mais, faz um trabalho social extraordinário e a prova disto e sou testemunha foi no fato verificado no desabamento do edifício em Guaratuba, quando, com seu rádio amador acionou o Brasil inteiro atrás de socorro, de localização, de técnicos, de equipamentos, para um evento daquela natureza que nós não estávamos preparados. Além disso, em todas as calamidades que ocorrem no Paraná, em Curitiba, o Atilano está lá com o seu microfone, o seu rádio amador fazendo todo esse trabalho.

Portanto, quero parabenizar, dizer da satisfação de vê-lo aqui, e que volte aqui várias vezes, para mostrar a esta Casa, a todos nós, Parlamentares, este espírito empreendedor que é do empresariado paranaense que muitas vezes foi criticado e que de uns anos para cá se acordou e tem feito parcerias que são importantes para o Estado do Paraná.

Parabéns.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, Deputado Algaci Túlio, não vou permitir que V.Exa., quando faz esta última manifestação em relação a vinda do Atilano à Assembléia Legislativa, faça qualquer ilação de suspeição da minha re-



lação e das conversas que tenho tido com o Dr. Atilano, com os membros da sua família, com os empresários que são os donos da INEPAR, em hipótese alguma. A minha relação às críticas que tenho, não foram em momento nenhum à INEPAR, as críticas que tenho levantado na Assembléia Legislativa são em função de uma suspeição que paira, e isto em relação a não trazer à Assembléia Legislativa as explicações que são cobradas sistematicamente na Assembléia Legislativa em função do Governo. Fui bem claro, acho que a INEPAR, e sou paranaense, defendo a INEPAR se puder ser uma das grandes empresas do Paraná e do Brasil, vai ter o meu apoio e acho que vai ter o apoio de qualquer cidadão do Estado do Paraná.

Então, fazer essa menção deixando qualquer dúvida das afirmações do Dr. Atilano de que conversou comigo, conversou com membro do PT, explicou determinadas coisas, acho que não procede, Deputado Algaci Túlio, sabe por quê? Porque toda vez que nos relacionamos, foi no sentido de discutir os problemas referentes a este País, ao Estado do Paraná em bom nível e num nível que acho que devemos preservar. Então, querer fazer uma relação meio esquisita, gostaria que V.Exa. não fizesse. A relação que o PT tem com a INEPAR, vai preservar esta relação no maior alto nível porque são empresários que atuam no campo da energia elétrica, nós admiramos o procedimento que é feito na sua empresa, temos conhecimento do que é feito lá, do que é feito na sua história, e em momento nenhum o senhor me viu na Assembléia Legislativa ou em qualquer órgão da imprensa, fazer uma crítica à empresa INEPAR. O que faço uma crítica é o procedimento que o Governo vem conduzindo a venda das ações da COPEL, o processo de Salto Caxias, sem explicar para a Assembléia Legislativa. E Vossa Excelência nunca explicou. O Dr. Atilano explicou hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO - Essa crítica não é verdadeira e os Anais da Casa estão aí para explicar.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiramente peço ao Deputado Algaci Túlio que transmita ao Prefeito os meus agradecimentos pelas palavras que ele formulou dentro desse pronunciamento e tenho que esse tipo de pronunciamento traz em nós um reconhecimento profundo de agradecimento.

Um ponto que eu queria colocar, no que o Algaci falou, acho que todas as pessoas, todos nós, temos qualidades e defeitos. O Algaci tem um monte de qualidades e tem um defeito terrível de não torcer para o Atlético. Vim aqui para discutir energia e telecomunicações e essa colocação do Alga-

ci Túlio é injusta e você muda de time, porque daqui para frente só tem um time no Paraná: é o Atlético e PT saudações.

Bom, com relação ao amigo Vanhoi. Vanhoi, não passou de forma nenhuma pela minha cabeça e depois até telefonei para você qualquer mágoa que tenha havido em relação ao teu pronunciamento aqui na Casa, e digo mais, não concordo com o que você disse que não iria criticar a INEPAR. Pode criticar. Nós não somos perfeitos, temos defeitos, em qualquer momento que vocês sentirem que por qualquer razão a INEPAR tenha se desviado dos seus princípios, nós aceitamos críticas. Acho que é um direito que essa Casa tem e não vamos ficar magoados nunca e só pedimos o direito também nosso de vir aqui poder nos justificar ou até pedir perdão pelo erro que eventualmente tenhamos cometido.

Bom quero neste momento final, agradecer penhoradamente ao meu grande amigo Anibal Khury que tanto quanto Jaime Lerner é meu amigo. Não pairou dúvidas ainda com relação ao nosso relacionamento, porque eles não sabem das viagens que fizemos juntos ao exterior. Agora, fora de brincadeira.

Então muito obrigado, prezado amigo Deputado Anibal Khury, aos diretores da Mesa pela gentileza da atenção, a todos os Deputados e amigos que compareceram aqui. Só que não quero sair daqui sem uma solicitação, acho que "en passant", houveram algumas colocações que realmente merecem uma reflexão maior, e que na minha opinião poderiam ser um programa da Casa.

Primeiro, alguém aqui sugeriu que se trouxesse - aliás, foi o Alborghetti, se não me engano - mensalmente, não só empresários, mas membros da comunidade, para fazer uma apresentação sobre um determinado tema. Acho que é uma idéia brilhante em termos de comunicação, é muito boa, sem dúvida nenhuma, tanto o que vem aqui fazer apresentação, como os senhores, terão um alto aproveitamento nisso daí, e eu, como cidadão paranaense, endosso essa solicitação do Deputado Alborghetti: que regimentalmente ou sistematicamente se promova, através da liderança do Presidente da Casa, um programa nesse sentido.

O segundo ponto diz respeito a participação no Projeto Caxias. Acho que a Assembléia deveria tentar sensibilizar o Governo do Paraná, de que uma eventual parceria com o setor privado, deveria dar espaço para o cidadão paranaense - pessoa física, vamos dizer - participar do empreendimento, em igualdade de condições em relação às outras empresas que venham a participar, inclusive com a possibilidade de gozar do mesmo benefício de 20, 80, ou seja, esse cidadão também ser financiado em 80%, senão o negócio do cidadão é ruim,

o negócio da empresa é bom. Quer dizer, nas mesmas condições. E que, dentro desse programa, se irmanem as empresas paranaenses e a sociedade paranaense para ver se nós conseguimos, num empreendimento desse tipo, com parceria do Governo do Estado aumentar a participação paranaense. Nós nos colocamos totalmente a disposição da Assembléia para poder eventualmente ajudar nesse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estamos nas palavras finais...

O SR. CEZAR SILVESTRI - Talvez seja até uma indelicadeza de minha parte, Senhor Presidente. É que o senhor falou no início, que os Líderes falariam no final.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós falamos que as lideranças iriam falar e V.Exa. não se inscreveu como Líder. Mas V.Exa. tem mais alguma coisa para falar?

O SR. CEZAR SILVESTRI - Tem uma pergunta que tenho que fazer. Acho que o Dr. Atilano aqui deu uma demonstração principalmente de inteligência, nós não conhecíamos pessoalmente e logicamente que o conhecíamos através da imprensa, através de pessoas que o conhecem. E hoje tive a oportunidade de ver pessoalmente que o senhor é uma pessoa extremamente inteligente. Então, tenho certeza que se invertêssemos os papéis, se o senhor estivesse aqui na nossa colocação e eu estivesse fazendo a apresentação, o senhor faria uma pergunta, tenho certeza absoluta. O senhor falou várias vezes que investir na COPEL, hoje é um mau negócio, até pela rentabilidade da própria empresa, ou seja, investir hoje em empresa de energia elétrica é um mau negócio, mas tem duas perguntas que ficou me cutucando aqui o tempo todo e principalmente agora, quando o senhor falava em Caxias.

Primeiro, a CELESC, Santa Catarina, colocou os debêntures agora há poucos dias no mercado. Em 3, 4 dias vendeu tudo. Mas se é um mau negócio, se o empresário é uma pessoa bem informada, porquê comprou? Essa é uma.

Em segundo lugar, se é um péssimo negócio participar do consórcio de Caxias, porquê a sua empresa quer participar, porquê várias empresas querem participar, e porquê não deixaram a COPEL construir Caxias? Inclusive, o senhor sabe, várias pessoas, pessoas que deram a vida pela COPEL, sempre defenderam que o Salto Caxias é o filé mignon de todas essas hidrelétricas, é a hidrelétrica que tinha melhor custo/benefício e tudo mais. E, de repente até essas pessoas foram demitidas. Então, tenho certeza que se os senhores

fossem Deputados, o senhor faria essa pergunta: se é um mau negócio, porquê o empresariado quer participar de qualquer modo desse empreendimento?

Só uma pergunta, Atilano, que ficou também no ar, que para nós é importante, que nós vamos votar o veto da COPEL, agora daqui uns dias, que o Deputado Orlando Pessuti fez: se o senhor venderia, se fosse sua a COPEL, se o senhor venderia por menos de 50% o valor patrimonial?

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Primeiramente, que não é minha. Mas, com relação a sua pergunta, peço permissão ao Presidente para responder, embora fuja um pouco do Regimento da Casa.

Quando eu disse ótimo empreendimento e mal negócio, depende da engenharia financeira que se faz com o empreendimento. Continuo achando que Salto Caxias pode ser um péssimo negócio, embora um ótimo empreendimento. Se for tudo com capital, é um péssimo negócio e um bom empreendimento, o problema é a engenharia financeira do processo e a COPEL, por força das circunstâncias, de ser uma empresa estatal, não tem acesso às condições de "project financing" existentes no mercado mundial. Por essa razão é que tem que ter a maioria do capital privado, isso não quer dizer que a COPEL não participe também desse capital, ou pelo menos, pelo que conheço, sempre em todas as propostas da COPEL, ela ficaria como sócia principal do empreendimento, com 45% se não me engano, que era a proposta original.

Então continuo afirmando que a COPEL é um ótimo empreendimento e será um excepcional negócio se for reestruturada financeiramente, com um outro poder de alavancagem, com outro sócio e assim por diante.

Com relação a pergunta que você fez: se é um mau negócio porquê você compra? Compra para tornar um bom negócio, e a valor baixo do patrimonial. Pode ter certeza que não vai sair nenhuma ação comprada a valores patrimoniais no setor elétrico, que não tem condição, senão não remunera. Então o que houve em Santa Catarina, o que houve no Paraná e o que houve em Minas e em outros Estados, é o seguinte: se emite a debênture, a debênture tem um juro que é a TJLT mais 6%, que é muito caro, embora a nível de Brasil seja barato, mas a nível internacional é um assalto. E ao se converter aquela debênture, se for convertida, de qualquer maneira vai chegar na mesma taxa. Quer dizer IPCR ou às vezes AMBID em mais alguma coisa, quer dizer, a taxa sempre é muito superior ao mercado internacional.

Então, na conversão destas debêntures é que há e existe o processo ou de priva-

tização ou de federalização, porque o BND\$ ninguém diz que ele é obrigado a colocar as ações no mercado. Ele pode, ele BND\$, ficar com ações como já houve casos em que o BND\$ ficou com as ações, houve um caso na INEPAR. Ele comprou por um valor muito alto, fez a debênture, converteu por um valor baixo, mas não colocou no mercado para realizar, porque sabia que posteriormente, alguém aqui falou em Bloco "Traiding" e é verdade, se você vender 10 ações, 20 ações, você nunca vai pegar preço bom, você tem que alavancar o processo para fazer um Bloco "Traiding". Daí ela fez um Bloco "Traiding" e vendeu ao mercado pulverizando a valores do leilão.

Então, é esse procedimento que o mercado tem feito.

Para responder honestamente a sua pergunta, eu não vincularia um valor patrimonial nem de 50, nem 90 e nem 100, quer dizer examinaria caso a caso o negócio. Acho que esse é o pressuposto que deveria ter o Governo do Estado. Porque o Governo do Estado pode até, dependendo das condições da companhia, evitar a conversão até 70% do patrimonial. Vamos admitir que ele tenha uma outra negociação, que ele faça uma sociedade para reduzir o permanente, vamos dizer, da empresa ter uma alavancagem com financiamento, pode ser que não seja interessante nem a valor patrimonial ele converter.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Mas, nós tentamos isso, Senhor Atilano, inclusive a Bancada do PSDB apresentou uma emenda que dava a autonomia ao Governador do Estado estipular o preço de acordo com as oscilações do mercado e essa emenda não foi aceita.

Então, dava total autonomia, uma carta branca ao Governador.

O DR. ATILANO OMS SOBRINHO - Muito obrigado a todos e a satisfação foi enorme em estar aqui com vocês. E fica o convite da nossa carta, aliás, o compromisso de todos vocês a um determinado dia estabelecido pelo Presidente, em que vocês nos honrem com uma visita e um almoço.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Antes de encerrar a sessão, quero fazer uma pequena retificação sobre a queixa que o Deputado Rosinha fez da Presidência.

Tenho pautado a minha Presidência em receber todos aqueles que nos procuram e que são encaminhados pelos Senhores Deputados. E tenho recebido os Sem-terra, os sindicatos, todos, enfim, que procuram a Assembléia através da Bancada do PT. Apenas a presença do Atilano do meu lado foi uma deferência especial ao meu amigo de quarenta anos, que não vejo e não vi mal nenhum em tratá-lo com essa deferência especial.

Orgulho-me cada vez mais de ser Presidente desta Casa, que hoje deu uma demonstração de um assunto muito importante, e foi discutido em alto nível pelo Governo e pela Oposição.

Congratulo-me com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(Aplausos)

Sobre a mesa, Requerimento nº 645 de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão ordinária para quinta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 216, 291 e 414/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 434 e 435/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 384, 405 e 514/95;

e do Projeto de Resolução nº 024/95.

Levanta-se a sessão.